ATA DA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DIA 15 DE JULHO DE 2022, ÀS 9:00 HORAS.

PRESENTES OS EMINENTES CONSELHEIROS DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM EXERCÍCIO E PRESIDENTE DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM EXERCÍCIO, DR. LUÍS FRANCISCO RIBEIRO, CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES, DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES. AUSENTES O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA E PRESIDENTE DESTE CONSELHO SUPERIOR, DR. CLEANDRO ALVES DE MOURA, E O CONSELHEIRO DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES POR SE ENCONTRAR NO GOZO DE FÉRIAS.

1. APRECIÇÃO DA ATA DA 1360ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2022, ENCAMINHADA CÓPIA DO EXTRATO AOS CONSELHEIROS. EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR APROVA, À UNANIMIDADE, A ATA DA 1360ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2022.

2. JULGAMENTO DE PROCESSOS

2.1 JULGAMENTO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL.

2.1.1 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000671-271/2019). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUADALUPE-PI. ASSUNTO: APURAR PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONSUBSTANCIADO NA VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE POR MARIA JOZENEIDE FERNANDES LIMA E EDIVAN PEREIRA MIRANDA ENQUANTO GESTORES DO MUNICÍPIO DE GUADALUPE EM 2019. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA: ANA SOBREIRA BOTELHO MOREIRA. **RELATORA: IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** APURAR PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONSUBSTANCIADO NA VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE POR MARIA JOZENEIDE FERNANDES LIMA E EDIVAN PEREIRA MIRANDA ENQUANTO GESTORES DO MUNICÍPIO DE GUADALUPE EM 2019 – HOMOLOGAÇÃO DO ANPC CELEBRADO. 1. EM ANÁLISE DO CONTEXTO FÁTICO PROCESSUAL, EM PARALELO COM AS EXIGÊNCIAS LEGAIS DO ART. 17-B DA LEI N° 14.230/2021, ENTENDE-SE QUE A AVENÇA FIRMADA FOI LEGAL E REGULAR, POIS, CUMPRIU OS REQUISITOS MÍNIMOS PARA SUA FORMALIZAÇÃO *EX VI* ART. 3° E SEUS INCISOS ACIMA COLACIONADOS, EM ESPECIAL A CONFISSÃO DO COMETIMENTO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE VIOLA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PREVISTO NO ART. 11, XII DA LEI N° 8.429/92, AO VIOLAR O SEU DEVER DE CUMPRIR O PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE TRAZIDO NO ART. 37, 1° DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO DE NÃO VOLTAR A COMETER ATO ÍMPROBO SEMELHANTE. 2. ENTENDE-SE TAMBÉM SER PERTINENTE A IMPOSIÇÃO DE SANÇÃO DE PAGAMENTO DE MULTA CIVIL NO VALOR DE R\$ 2.424 (DOIS MIL QUATROCENTOS E VINTE E QUATRO REAIS) POR CADA COMPROMISSÁRIO, QUE, CONFORME SUGESTÃO VENTILADA PELO PRÓPRIO ENTE FEDERATIVO LESADO EM OITIVA PRÉVIA, SERÁ DEPOSITADO DIRETAMENTE NA CONTA DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUADALUPE (CREAS) PARA IMPLANTAÇÃO DE SALA LÚDICA DESTINADA À REALIZAÇÃO DE ESCUTA ESPECIALIZADA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU O PRESENTE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL E O CONSEQUENTE ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.2 RELATOR: DR. LUÍS FRANCISCO RIBEIRO.

2.2.1 INQUÉRITO CIVIL Nº 16/2019 (SIMP Nº 000013-027/2019). PROCEDIMENTO FÍSICO. ORIGEM: 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA – PI. ASSUNTO: REGULARIZAR OS ESTOQUES DE IMUNOSSUPRESSORES NECESSÁRIOS PARA EVITAR REJEIÇÃO DE RIM TRANSPLANTADO, NO HOSPITAL GETÚLIO VARGAS, NESTA CAPITAL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: ENY MARCOS VIEIRA PONTES. RELATOR: **DR. LUÍS FRANCISCO RIBEIRO**. REGULARIZAR OS ESTOQUES DE IMUNOSSUPRESSORES NECESSÁRIOS PARA EVITAR REJEIÇÃO DE RIM TRANSPLANTADO, NO HOSPITAL GETÚLIO VARGAS, NESTA CAPITAL. PROCEDIMENTO INSTAURADO APÓS O MINISTÉRIO PÚBLICO TOMAR CONHECIMENTO DA FALTA DE IMUNOSSUPRESSORES NECESSÁRIOS PARA EVITAR REJEIÇÃO DE ÓRGÃO TRANSPLANTADO, EM PACIENTES RENAIIS COM MAIS DE 60 (SESSENTA) ANOS DE IDADE, NO MENCIONADO NOSOCÔMIO. NOTA-SE, NA PRESENTE DEMANDA, QUE A PRESIDÊNCIA DA FUNDAÇÃO PIAUIENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES APRESENTOU CÓPIA DO CONTRATO Nº 324/2021/FEPISERH, FIRMADO COM A EMPRESA CM HOSPITALAR S.A., CUJO OBJETO É A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER O HOSPITAL GETÚLIO VARGAS E O HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ. APRESENTOU, ADEMAIS, ORDEM DE FORNECIMENTO E RELATÓRIO DE ESTOQUE EXTRAÍDO DO SISTEMA MV. OBSERVA-SE, AINDA, QUE O PARQUET ENTROU EM CONTATO COM A COORDENADORA DA CLÍNICA NEFROLÓGICA DO HOSPITAL GETÚLIO VARGAS, CELINA CASTELO BRANCO, A QUAL CONFIRMOU O ESTOQUE DOS MEDICAMENTOS. NÃO MAIS EXISTEM RAZÕES PARA A CONTINUIDADE DO PROCEDIMENTO EM EPÍGRAFE. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.2.2 INQUÉRITO CIVIL Nº 45/2019 (SIMP Nº 000574-206/2018). PROCEDIMENTO FÍSICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE URUÇUÍ – PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTO ACÚMULO DE CARGOS PÚBLICOS POR PARTE DE EVÂNIO BISPO DE SOUSA, POLICIAL MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ E FISIOTERAPEUTA NO MUNICÍPIO DE URUÇUÍ/PI. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: EDGAR DOS SANTOS BANDEIRA FILHO. RELATOR: **DR. LUÍS FRANCISCO RIBEIRO**. APURAR SUPOSTO ACÚMULO DE CARGOS PÚBLICOS POR PARTE DE EVÂNIO BISPO DE SOUSA, POLICIAL MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ E FISIOTERAPEUTA NO MUNICÍPIO DE URUÇUÍ/PI. PROCEDIMENTO INSTAURADO A PARTIR DE RECLAMAÇÃO RECEBIDA NA OUVIDORIA DO MPPI. SEGUNDO INFORMAÇÕES PRESTADAS PELOS DOIS ÓRGÃOS PÚBLICOS, CONSTATOU-SE QUE AS CARGAS HORÁRIAS DOS CARGOS ACUMULADOS ERA COMPATÍVEL, PORÉM, O ACÚMULO DOS CARGOS PÚBLICOS ERA ILEGAL, POIS OS CARGOS DE POLICIAL MILITAR E FISIOTERAPEUTA NÃO SE ENQUADRAM NAS EXCEÇÕES PERMITIDAS NO ART. 37, XVI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. APÓS A REGULAR TRAMITAÇÃO DO FEITO, RESTOU DEMONSTRADO NOS AUTOS QUE O ORA INVESTIGADO FORA EXONERADO, A PEDIDO, DO CARGO DE FISIOTERAPEUTA DO MUNICÍPIO DE URUÇUÍ/PI. ADEMAIS, IMPERIOSO MENCIONAR QUE NÃO HOUVE INDICATIVO DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO OU DANOS AO ERÁRIO EM DECORRÊNCIA DO ACÚMULO DOS REFERIDOS CARGOS PÚBLICOS, POSTO QUE HOUVE COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.2.3 INQUÉRITO CIVIL Nº 036/2021 (SIMP Nº 000516-308/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO MAIOR – PI. ASSUNTO: AVERIGUAR A POTENCIAL AUSÊNCIA DE PROJETO E ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – ART, NAS OBRAS EM EXECUÇÃO NO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR/PI, DIANTE DA APARENTE INFORMALIDADE E AMADORISMO NAS MESMAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: RICARDO LÚCIO FREIRE TRIGUEIRO. RELATOR: **DR. LUÍS FRANCISCO RIBEIRO**. AVERIGUAR A POTENCIAL AUSÊN-

CIA DE PROJETO E ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART, NAS OBRAS EM EXECUÇÃO NO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR/PI, DIANTE DA APARENTE INFORMALIDADE E AMADORISMO NAS MESMAS. VERIFICA-SE QUE O ATUAL QUADRO FÁTICO É SATISFATÓRIO, MORMENTE CONSIDERANDO QUE O MINISTÉRIO PÚBLICO EXPEDIU A RECOMENDAÇÃO Nº 011/2021, DIRIGIDA AO PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR/PI, SR. JOÃO FÉLIX DE ANDRADE FILHO, A FIM DE QUE SE ABSTENHA DE REALIZAR NOVAS OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS SEM A ELABORAÇÃO DO DEVIDO PROJETO EXECUTIVO, BEM COMO, SEM A EXPEDIÇÃO DAS ANOTAÇÕES DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA, DEVENDO EXIGIR A APRESENTAÇÃO DAS ARTS TANTO PARA OBRAS PÚBLICAS EXECUTADAS INDIRETAMENTE, QUANTO PARA AQUELAS EXECUTADAS DIRETAMENTE; QUE REALIZE LEVANTAMENTO DAS OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS EM ANDAMENTO QUE NÃO ATENDEM ÀS EXIGÊNCIAS LEGAIS DE PROJETO E EXPEDIÇÃO DE ART ANTERIORES À EXECUÇÃO, BUSCANDO A REGULARIZAÇÃO DE TAIS OBRAS PÚBLICAS. NÃO PERSISTEM AS IRREGULARIDADES QUE DERAM AZO À ABERTURA DO PRESENTE INQUÉRITO CIVIL. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.2.4 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000159-172/2020). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 24ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA – PI. ASSUNTO: APURAR A PERTINÊNCIA DO PRAZO PARA ENTRADA EM VIGOR DO DECRETO Nº 19.042/2020, QUE REVOGA O DECRETO Nº 14.861/2012, O QUAL DISPÕE ACERCA DO ICMS ECOLÓGICO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: CARMELINA MARIA MENDES DE MOURA. RELATOR: **DR. LUÍS FRANCISCO RIBEIRO**. APURAR A PERTINÊNCIA DO PRAZO PARA ENTRADA EM VIGOR DO DECRETO Nº 19.042/2020, QUE REVOGA O DECRETO Nº 14.861/2012, O QUAL DISPÕE ACERCA DO ICMS ECOLÓGICO. PROCEDIMENTO ORIGINADO APÓS O MINISTÉRIO PÚBLICO RECEBER DENÚNCIA, AOS 29/06/2020, DO ADVOGADO RODRIGO CASTELO BRANCO CARVALHO DE SOUSA (OAB/PI Nº 8377), SOLICITANDO A ANÁLISE ACERCA DA APLICAÇÃO DO DECRETO Nº 19.042/2020, PARA O EDITAL ICMS ECOLÓGICO 2020. A DENÚNCIA TRAZIA QUESTIONAMENTOS ACERCA DA REVOGAÇÃO DO DECRETO Nº 14.861/2012, QUE DISCORRIA SOBRE AS DIRETRIZES DA CONCESSÃO DO SELO AMBIENTAL. OCORRE QUE, COM A REVOGAÇÃO DESTA E A PUBLICAÇÃO DO DECRETO DE 2020, PASSA A VIGORAR NOVAS REGRAS E ATIVIDADES PARA QUE OS MUNICÍPIOS SE ADEQUEM AO EDITAL ICMS ECOLÓGICO. NO CASO EM LUME, VERIFICA-SE QUE O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DO PIAUÍ – PI IMPETROU O MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0753908-55.2020.8.18.000 EM FACE DA SECRETÁRIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, SRA. SÁDIA GONÇALVES DE CASTRO, OBJETIVANDO, LIMINARMENTE, A CONCESSÃO DE TUTELA DE URGÊNCIA PARA QUE FOSSE IMEDIATAMENTE SUSPENSO O EDITAL ICMS ECOLÓGICO 2020, PUBLICADO EM 06 DE JULHO DE 2020, NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PIAUÍ. NOTA-SE, ATRAVÉS DE MANIFESTAÇÃO DO GOVERNO DO PIAUÍ, QUE A SEMAR PUBLICOU, SUB JUDICE, O EDITAL DE HABILITAÇÃO E POSTULAÇÃO PARA CERTIFICAÇÃO DO SELO AMBIENTAL 2020, EM CUMPRIMENTO AO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0753908-55.2020.8.18.000, SEGUINDO AS REGRAS DO ANTERIOR DECRETO Nº 14.861/2012, ALTERADO PELO DECRETO Nº 16.445/2016. RESOLUTIVIDADE DA DEMANDA. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.2.5 INQUÉRITO CIVIL Nº 08/2018 (SIMP Nº 000021-267/2018). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAINÓPOLIS – PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VERA MENDES/PI, EXERCÍCIO DE 2014. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: RICARDO LÚCIO FREIRE TRIGUEI-

RO. RELATOR: **DR. LUÍS FRANCISCO RIBEIRO**. APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VERA MENDES/PI, EXERCÍCIO DE 2014. PROCEDIMENTO ORIGINADO A PARTIR DO ENCAMINHAMENTO DE CÓPIAS DE PEÇAS ORIUNDAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO – TCE/PI, ACERCA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VERA MENDES/PI, EXERCÍCIO DE 2014. RESTOU COMPROVADO NOS PRESENTES AUTOS QUE O PRESIDENTE DA CÂMARA, SR. DOMINGOS JOSÉ DA SILVA, VINHA RECEBENDO O VALOR MENSAL DE R\$ 2.630,00 (DOIS MIL E SEISCENTOS E TRINTA REAIS) A TÍTULO DE SUBSÍDIO, ENQUANTO OS VEREADORES RECEBIAM R\$ 2.030,00 (DOIS MIL E TRINTA REAIS), CARACTERIZANDO UM GANHO MENSAL EXTRA NO VALOR DE R\$ 600,00 (SEISCENTOS) REAIS, CONTRARIANDO, PORTANTO, A LEI MUNICIPAL Nº 119/2012, O QUE OCASIONOU A IMPUTAÇÃO DE DÉBITO PELO TCE/PI ATUALIZADO MONETARIAMENTE NO VALOR R\$ 16.487,94 (DEZESSEIS MIL QUATROCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS), AO GESTOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE VERA MENDES/PI, NO MENCIONADO EXERCÍCIO. NO CASO EM LUME, NOTA-SE QUE O PARQUET EXPEDIU A RECOMENDAÇÃO Nº 39/2020, ENDEREÇADA AO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VERA MENDES/PI, A FIM DE QUE PROMOVESSE A DEVIDA EXECUÇÃO DO DÉBITO IMPUTADO. EM ANÁLISE AOS AUTOS, PODE-SE OBSERVAR QUE A MENCIONADA RECOMENDAÇÃO FORA INTEGRALMENTE CUMPRIDA, ISTO PORQUE O MUNICÍPIO DE VERA MENDES/PI PROPÔS A AÇÃO DE EXECUÇÃO SOB Nº 0000685-34.2018.8.18.0055. ADEMAIS, NO TOCANTE AO MENCIONADO ÍMPROBO, RELEVANTE MENCIONAR AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021 TORNARAM A REFERIDA CONDUTA ATÍPICA, ISTO PORQUE TRAZ EM SEU ART. 11 O ROL TAXATIVO DE CONDUTAS QUE ATENTAM CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.2.6 INQUÉRITO CIVIL Nº 104/2017 (SIMP Nº 000746-019/2017). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 34ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA – PI. ASSUNTO: AVERIGUAR DENÚNCIA DE PAGAMENTO IRREGULAR DE PARCELA REMUNERATÓRIA SOB A NOMENCLATURA “SEGUNDO TURNO” PARA SERVIDORES EFETIVOS E SERVIDORES COM FUNÇÃO GRATIFICADA COM CARGA HORÁRIA SEMANAL DE 40 HORAS, LOTADOS NA SEDE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE TERESINA/PI. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: EDILSON FARIAS. RELATOR: **DR. LUÍS FRANCISCO RIBEIRO**. AVERIGUAR DENÚNCIA DE PAGAMENTO IRREGULAR DE PARCELA REMUNERATÓRIA SOB A NOMENCLATURA “SEGUNDO TURNO” PARA SERVIDORES EFETIVOS E SERVIDORES COM FUNÇÃO GRATIFICADA COM CARGA HORÁRIA SEMANAL DE 40 HORAS, LOTADOS NA SEDE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE TERESINA/PI. PROCEDIMENTO ORIGINADO A PARTIR DE REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. NO CASO EM EXAME, VERIFICA-SE QUE À ÉPOCA DOS FATOS, A SITUAÇÃO FOI APURADA POR MEIO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO NO ÂMBITO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE TERESINA COM O INTUITO DE APURAR O OBJETO DA PRESENTE DEMANDA, TODAVIA, EM RAZÃO DA EXTINÇÃO DAQUELA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, NÃO FOI POSSÍVEL A LOCALIZAÇÃO DO REFERIDO PROCESSO PARA FINS DE INSTRUÇÃO DO PROCEDIMENTO EM TELA. INOBTANTE, DESDE A EXTINÇÃO DA FHT E INCORPORAÇÃO À FMS, NOTA-SE QUE FORAM REALIZADOS CONCURSOS PÚBLICOS E PROCESSOS SELETIVOS, DE FORMA A PROVER CARGOS VAGOS E ATENDER A NECESSIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DESTAQUE-SE QUE, ATUALMENTE A REFERIDA VERBA AINDA É PAGA, NO ENTANTO, APENAS A SERVIDORES COM CARGA HORÁRIA DE 24 E 30 HORAS SEMANAIS LOTADOS ESSENCIALMENTE EM UNIDADES DE SAÚDE DA FMS, E É JUSTIFICADA PELA NECESSIDADE CRESCENTE E EXCEPCIONAL DE PESSOAL, EM RAZÃO DA PANDEMIA COVID-19. OBSERVA-SE, PORTANTO, QUE O ATUAL PAGAMENTO DA PARCELA REMUNERATÓRIA ENCONTRA RESPALDO NA NECESSIDADE ATUAL DO SISTEMA DE SAÚDE E OS SERVIDORES QUE RECEBEM ESTA VERBA POSSUEM JORNADA DE TRABALHO COMPATÍVEL COM O

TRABALHO EM SEGUNDO TURNO. RESOLUTIVIDADE DA DEMANDA. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.2.7 INQUÉRITO CIVIL Nº 30/2018 (SIMP Nº 000028-107/2018). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS – PI. ASSUNTO: APURAR IRREGULARIDADES ENCONTRADAS NO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 201701313 DO MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CGU, REFERENTES À CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAIS SEM BASE LEGAL, NO MUNICÍPIO DE OEIRAS/PI. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: JOÃO BATISTA DE CASTRO FILHO. RELATOR: **DR. LUÍS FRANCISCO RIBEIRO.** APURAR IRREGULARIDADES ENCONTRADAS NO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 201701313 DO MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CGU, REFERENTES À CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAIS SEM BASE LEGAL, NO MUNICÍPIO DE OEIRAS/PI. PROCEDIMENTO ORIGINADO A PARTIR DO OFÍCIO Nº 22468/2017/NAC1/PI/REGIONAL/PICGU ORIUNDO DO MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, QUE ELABOROU O RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 201701313, REUNINDO OS RESULTADOS DOS TRABALHOS DO 4º CICLO DO PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO DOS ENTES FEDERATIVOS, REALIZADO EM MARÇO DE 2017, NO QUE SE REFERE AO MUNICÍPIO DE OEIRAS/PI. EM ANÁLISE AO CASO EM EXAME, NOTA-SE QUE FORAM EMPREENDIDAS RELEVANTES DILIGÊNCIAS POR PARTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO, ESPECIALMENTE, CONSIDERANDO A PACTUAÇÃO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA COM O MUNICÍPIO DE OEIRAS/PI, NO BOJO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 23/2021 (SIMP Nº 000487-107/2021), CUJO OBJETO CINGE-SE EM ACOMPANHAR A DEFLAGRAÇÃO DE NOVO CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PELO MUNICÍPIO DE OEIRAS/PI, ATRAVÉS DE PROCESSO LICITATÓRIO DO TIPO “TÉCNICA E PREÇO”. CONVÉM RESSALTAR QUE O REFERIDO CONCURSO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS/PI ENCONTRA-SE EM FASE DE CONCLUSÃO, TENDO EM VISTA A DIVULGAÇÃO DE SEU RESULTADO PRELIMINAR, RESTANDO DEMONSTRADO, PORTANTO, QUE A AVENÇA CELEBRADA VEM SENDO CUMPRIDA EM SUA INTEGRALIDADE, DE MODO QUE O PRESENTE PROCEDIMENTO ESGOTOU TODO O SEU OBJETO. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.2.8 INQUÉRITO CIVIL Nº 21/2020 (SIMP Nº 000623-201/2020). PROCEDIMENTO FÍSICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CRISTINO CASTRO – PI. ASSUNTO: APURAR IRREGULARIDADES DETECTADAS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DO PIAUÍ – PI, REFERENTES AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: ROBERTO MONTEIRO CARVALHO. RELATOR: **DR. LUÍS FRANCISCO RIBEIRO.** APURAR IRREGULARIDADES DETECTADAS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DO PIAUÍ – PI, REFERENTES AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016. INVESTIGAÇÃO ORIUNDA DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, ENCAMINHADA COM CÓPIAS DO PARECER PRÉVIO Nº 07/2019 E ACÓRDÃOS Nº 099/2019 E 100/19 – PROCESSO TC/003028/2016, REFERENTE À PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DO PIAUÍ – PI, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016. NO CASO EM EXAME, NOTA-SE QUE OS FATOS INVESTIGADOS CONFIGURARIAM ATOS DE IMPROBIDADE POR VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS, CONFORME DISPOSTO NO ART. 11 DA LEI Nº 8.429/92, BEM COMO, POR CAUSAR LESÃO AO ERÁRIO, NOS TERMOS DO ART. 10 DO MENCIONADO DIPLOMA LEGAL. TODAVIA, É DE BOM ALVITRE RESSALTAR QUE AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021 TORNARAM ALGUMAS DAS REFERIDAS CONDUTAS ATÍPICAS, ISTO PORQUE TRAZ EM SEU ART. 11 O ROL TAXATIVO DE CONDUTAS QUE ATENTAM CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

DEMAIS, NO TOCANTE AOS ATOS QUE POSSAM TER CAUSADO LESÃO AOS COFRES PÚBLICOS, *EX VI* DO DISPOSTO NA NOVA REDAÇÃO DO ART. 10 DA SUPRACITADA LEI, PARA CARACTERIZAR LESÃO AO ERÁRIO FAZ-SE NECESSÁRIA A OCORRÊNCIA DE EFETIVO E COMPROVADO DANO, O QUE NÃO SE VISLUMBRA NOS PRESENTES AUTOS, MORMENTE CONSIDERANDO QUE OS ACÓRDÃOS DO TCE/PI NÃO IMPUTARAM DÉBITO AOS GESTORES SOBRE AS IRREGULARIDADES DETECTADAS. APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI Nº 14.230/2021. ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.2.9 INQUÉRITO CIVIL Nº 06/2017 (SIMP Nº 000138-274/2018). PROCEDIMENTO FÍSICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MANOEL EMÍDIO – PI. ASSUNTO: APURAR IRREGULARIDADES EM OBRAS DE REFORMA/AMPLIAÇÃO DO SAMU DE COLÔNIA DO GURGUEIA/PI, NA GESTÃO DA EX-PREFEITA LISIANE FRANCO ROCHA ARAÚJO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: REGIS DE MORAES MARINHO. RELATOR: **DR. LUÍS FRANCISCO RIBEIRO**. APURAR IRREGULARIDADES EM OBRAS DE REFORMA/AMPLIAÇÃO DO SAMU DE COLÔNIA DO GURGUEIA/PI, NA GESTÃO DA EX-PREFEITA LISIANE FRANCO ROCHA ARAÚJO. INVESTIGAÇÃO INICIADA APÓS REPRESENTAÇÃO FEITA PELO MUNICÍPIO DE COLÔNIA DE GURGUEIA/PI, NA PESSOA DA PREFEITA MUNICIPAL, SRA. ALCILENE ALVES DE ARAÚJO, EM FACE DA EX-GESTORA DAQUELE ENTE. NO CASO EM EXAME, NOTA-SE QUE OS FATOS INVESTIGADOS CONFIGURARIAM ATOS DE IMPROBIDADE POR VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS, CONFORME DISPOSTO NO ART. 11 DA LEI Nº 8.429/92. TODAVIA, CONFORME ESPOSADO PELO DIGNO PROMOTOR DE JUSTIÇA, É DE BOM ALVITRE RESSALTAR QUE AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021 TORNARAM ALGUMAS DAS REFERIDAS CONDUTAS ATÍPICAS, ISTO PORQUE TRAZ EM SEU ART. 11 O ROL TAXATIVO DE CONDUTAS QUE ATENTAM CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI Nº 14.230/2021. ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.2.10 INQUÉRITO CIVIL Nº 10/2015 (SIMP Nº 000056-274/2020). PROCEDIMENTO FÍSICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MANOEL EMÍDIO – PI. ASSUNTO: APURAR A EXISTÊNCIA DE ACÚMULO ILEGAL DE CARGOS, CONTRATAÇÃO SEM CONCURSO PÚBLICO E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS AO ARREPIO DA LEI DE LICITAÇÕES (LEI Nº 8.666/93). PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: REGIS DE MORAES MARINHO. RELATOR: **DR. LUÍS FRANCISCO RIBEIRO**. APURAR A EXISTÊNCIA DE ACÚMULO ILEGAL DE CARGOS, CONTRATAÇÃO SEM CONCURSO PÚBLICO E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS AO ARREPIO DA LEI DE LICITAÇÕES (LEI Nº 8.666/93). A PRESENTE INVESTIGAÇÃO INICIOU-SE PARA APURAR IRREGULARIDADES SUPOSTAMENTE REALIZADAS EM IDOS DE 2015, CONSUBSTANCIADA NA OFENSA AO PRINCÍPIO ADMINISTRATIVO DA LEGALIDADE. NO CASO EM EXAME, NOTA-SE QUE OS FATOS INVESTIGADOS CONFIGURARIAM ATOS DE IMPROBIDADE POR VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS, CONFORME DISPOSTO NO ART. 11 DA LEI Nº 8.429/92. TODAVIA, CONFORME ESPOSADO PELO DIGNO PROMOTOR DE JUSTIÇA, É DE BOM ALVITRE RESSALTAR QUE AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021 TORNARAM ALGUMAS DAS REFERIDAS CONDUTAS ATÍPICAS, ISTO PORQUE TRAZ EM SEU ART. 11 O ROL TAXATIVO DE CONDUTAS QUE ATENTAM CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI Nº 14.230/2021. ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS**

TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.

2.2.11 INQUÉRITO CIVIL Nº 08/2020 (SIMP Nº 000006-308/2020). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO MAIOR – PI. ASSUNTO: APURAR POTENCIAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO PELO ENTÃO PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR/PI, SR. JOSÉ DE RIBAMAR CARVALHO, EM FACE DE DESCUMPRIMENTO DE REQUISIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO EXPEDIDAS NO IC Nº 054/2018.001046-060/2018. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: RICARDO LÚCIO FREIRE TRIGUEIRO. RELATOR: **DR. LUÍS FRANCISCO RIBEIRO**. APURAR POTENCIAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO PELO ENTÃO PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR/PI, SR. JOSÉ DE RIBAMAR CARVALHO, EM FACE DE DESCUMPRIMENTO DE REQUISIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO EXPEDIDAS NO IC Nº 054/2018.001046-060/2018. NO CASO EM EXAME, NOTA-SE QUE O FATO INVESTIGADO CONFIGURARIA ATO DE IMPROBIDADE POR VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS, CONFORME DISPOSTO NO ART. 11, II DA LEI Nº 8.429/92. TODAVIA, CONFORME ESPOSADO PELO DIGNO PROMOTOR DE JUSTIÇA, É DE BOM ALVITRE RESSALTAR QUE AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021 TORNARAM A REFERIDA CONDUTA ATÍPICA, ISTO PORQUE TRAZ EM SEU ART. 11 O ROL TAXATIVO DE CONDUTAS QUE ATENTAM CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SUPRIMINDO DO REFERIDO ROL LEGAL A CONDUTA DESCRITA NA PORTARIA, A SABER, DEIXAR DE PRATICAR, INDEVIDAMENTE, ATO DE OFÍCIO. DESTA FEITA, NOTA-SE A AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA O ENQUADRAMENTO DO REFERIDO ATO ENTRE AQUELES CONSIDERADOS ÍMPROBOS NA NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. OPORTUNO DESTACAR QUE, NO TOCANTE À APLICABILIDADE RETROATIVA DA LEI Nº 14.230/2021, CONSIDERANDO QUE O SEU ART. 1º, § 4º ADOTOU EXPRESSAMENTE OS PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR, O PRINCÍPIO DA RETROATIVIDADE DA LEI PENAL MAIS BENÉFICA, INSCULPIDO NO ARTIGO 5º, XL, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ALCANÇA AS LEIS QUE DISCIPLINAM O DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR. ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.2.12 INQUÉRITO CIVIL Nº 43/2018 (SIMP Nº 001002-105/2017). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS – PI. ASSUNTO: AVERIGUAR A OCORRÊNCIA DE NEPOTISMO E CONTRATAÇÃO PRECÁRIA NO EXECUTIVO MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ/PI. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: VANDO DA SILVA MARQUES. RELATOR: **DR. LUÍS FRANCISCO RIBEIRO**. AVERIGUAR A OCORRÊNCIA DE NEPOTISMO E CONTRATAÇÃO PRECÁRIA NO EXECUTIVO MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ/PI. PROCEDIMENTO INSTAURADO A PARTIR DE REPRESENTAÇÃO SUBSCRITA PELO VEREADOR JOSÉ MOURA SANTOS JÚNIOR, POR MEIO DA QUAL NOTICIA SUPOSTO NEPOTISMO NA NOMEAÇÃO DE VERIDIANA MIRANDA NEGREIROS AO CARGO DE COORDENADORA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA E NA CONTRATAÇÃO PRECÁRIA DE INGRID DE SOUSA MARTINS PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE DENTISTA, SUPOSTAS NORAS DO CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ/PI, SR. ANTÔNIO MARTINS DE CARVALHO. INICIALMENTE, CUMPRE DESTACAR QUE RESTOU COMPROVADA A AUSÊNCIA DE VÍNCULO ENTRE A SRA. VERIDIANA MIRANDA NEGREIROS E O PREFEITO MUNICIPAL. ADEMAIS, NO TOCANTE À SRA. INGRID DE SOUSA MARTINS, NORA DO GESTOR MUNICIPAL, NOTA-SE QUE O FATO INVESTIGADO CONFIGURARIA ATO DE IMPROBIDADE POR VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS, CONFORME DISPOSTO NO CAPUT DO ART. 11 DA LEI Nº 8.429/92. TODAVIA, CONFORME ESPOSADO PELO DIGNO PROMOTOR DE JUSTIÇA, É DE BOM ALVITRE RESSALTAR QUE AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021 TORNARAM A REFERIDA

CONDUTA ATÍPICA, ISTO PORQUE TRAZ EM SEU ART. 11 O ROL TAXATIVO DE CONDUTAS QUE ATENTAM CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RELEVANTE DESTACAR, AINDA, A IMPOSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO DA REFERIDA CONDUTA NO INCISO XI, DO ART. 11 (INCLUÍDO PELA LEI Nº 14.230/2021), POIS NÃO COMPROVADA A PRESENÇA DO ELEMENTO SUBJETIVO DOLOSO. APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI Nº 14.230/2021. ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.2.13 INQUÉRITO CIVIL Nº 24/2020 (SIMP Nº 000313-182/2020). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEDRO II – PI. ASSUNTO: APURAR O DESCUMPRIMENTO DOS TERMOS DO ART. 25 DA LEI Nº 8.666/93, RELATIVAMENTE À CONTRATAÇÃO, SEM O DEVIDO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, DA PLATAFORMA MOBIFAMÍLIA, JUNTO À EMPRESA MOBILE WEB-TECNOLOGIAS E SISTEMAS LTDA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: AVELAR MARINHO FORTES DO RÊGO. RELATOR: **DR. LUÍS FRANCISCO RIBEIRO**. APURAR O DESCUMPRIMENTO DOS TERMOS DO ART. 25 DA LEI Nº 8.666/93, RELATIVAMENTE À CONTRATAÇÃO, SEM O DEVIDO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, DA PLATAFORMA MOBIFAMÍLIA, JUNTO À EMPRESA MOBILE WEBTECNOLOGIAS E SISTEMAS LTDA. PROCEDIMENTO INSTAURADO A PARTIR DE RECLAMAÇÃO ENCAMINHADA PELA OUVIDORIA MPPI (MANIFESTAÇÃO Nº 2380/2020), A QUAL NOTICIA QUE A EMPRESA MOBILE WEB TECNOLOGIAS E SISTEMAS LTDA TERIA SIDO CONTRATADA PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MOURÃO/PI EM POSSÍVEL DESCUMPRIMENTO AOS TERMOS DO ART. 24, 25 E 26 DA LEI DE LICITAÇÕES. NO CASO EM EXAME, COMO INEXISTE EVIDÊNCIA OU SEQUER NOTÍCIA ACERCA DA INEXECUÇÃO DO SERVIÇO OU DE ILÍCITO ENRIQUECIMENTO, APENAS RESTARIA A POSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO DO REFERIDO FATO COMO ATO VIOLADOR DOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS, NA FORMA DO ART. 11, V, DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (LEI Nº 8.429/92). TODAVIA, É DE BOM ALVITRE RESSALTAR AS SUBSTANCIAIS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021. OCORRE QUE, PARA A CONFIGURAÇÃO DE ATO QUE ATENTE CONTRA OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DEVERÁ RESTAR COMPROVADO NA CONDUTA FUNCIONAL DO AGENTE PÚBLICO O FIM DE OBTER PROVEITO OU BENEFÍCIO INDEVIDO PARA SI OU PARA OUTRA PESSOA OU ENTIDADE (INCLUÍDO PELA LEI Nº 14.230/2021). APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI Nº 14.230/2021. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.2.14 INQUÉRITO CIVIL Nº 025/2021 (SIMP Nº 000016-308/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO MAIOR – PI. ASSUNTO: APURAR A NOTÍCIA DE POTENCIAIS IRREGULARIDADES NAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS PELO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR/PI NOS CONVÊNIOS Nº 130/15 E 119/16, CELEBRADOS COM O ESTADO DO PIAUÍ, ATRAVÉS DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: RICARDO LÚCIO FREIRE TRIGUEIRO. RELATOR: **DR. LUÍS FRANCISCO RIBEIRO**. APURAR A NOTÍCIA DE POTENCIAIS IRREGULARIDADES NAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS PELO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR/PI NOS CONVÊNIOS Nº 130/15 E 119/16, CELEBRADOS COM O ESTADO DO PIAUÍ, ATRAVÉS DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE. PROCEDIMENTO ORIGINADO A PARTIR DO MINISTÉRIO PÚBLICO TOMAR CONHECIMENTO DA AÇÃO POPULAR Nº 0801406-74.2017.8.18.0026, ACERCA DE POTENCIAIS IRREGULARIDADES NAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR/PI NOS CONVÊNIOS 130/15 E 119/16, CELEBRADOS COM O ESTADO DO PIAUÍ, POR SUA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE, NA GESTÃO DO SR. PAULO CÉSAR DE SOUSA MARTINS, EX-PREFEITO MUNICIPAL. NO CASO EM EXAME, NOTA-SE QUE A SESAPI IDENTIFICOU IR-

REGULARIDADE DE CUNHO FORMAL NOS CONVÊNIOS EM QUESTÃO. TODAVIA, NÃO HÁ NOS AUTOS ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO QUE APONTEM PARA A OBTENÇÃO DE BENEFÍCIO PRÓPRIO, DIRETO OU INDIRETO, OU DE TERCEIROS, NEM A OCORRÊNCIA DE PERDA PATRIMONIAL EFETIVA, VEZ QUE NÃO HÁ PROVA DE QUE O SERVIÇO NÃO FOI PRESTADO. ADEMAIS, É DE BOM ALVITRE RESALTAR AS SUBSTANCIAIS ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021. DESTA FEITA, NOTA-SE QUE, NO PRESENTE CASO, NÃO RESTOU CONFIGURADO O ELEMENTO SUBJETIVO ESPECÍFICO NECESSÁRIO PARA A SANÇÃO EM SEDE DE AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DO EX-GESTOR. APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI Nº 14.230/2021. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.2.15 INQUÉRITO CIVIL Nº 030/2020 (SIMP Nº 000110-361/2020). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS – PI. ASSUNTO: APURAR NOTÍCIA DE SUPOSTA AUSÊNCIA INJUSTIFICADA DOS MÉDICOS FRANCISCO MÁRIO MENDES E DANILO MELO VIEIRA, PLANTONISTAS NO HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ, EM PICOS – PI, NA DATA DE 05/10/2019. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: MICHELINE RAMALHO SEREJO SILVA. RELATOR: **DR. LUÍS FRANCISCO RIBEIRO.** APURAR NOTÍCIA DE SUPOSTA AUSÊNCIA INJUSTIFICADA DOS MÉDICOS FRANCISCO MÁRIO MENDES E DANILO MELO VIEIRA, PLANTONISTAS NO HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ, EM PICOS – PI, NA DATA DE 05/10/2019. NO CASO EM LUME, VERIFICA-SE QUE INEXISTEM IRREGULARIDADES/ILEGALIDADES A SEREM SANADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. NOTA-SE, APÓS AS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ, QUAIS SEJAM, MOVIMENTAÇÃO E ESCALA REFERENTE AO MÊS DE OUTUBRO DE 2019, QUE OS MÉDICOS EM QUESTÃO NÃO POSSUÍAM PLANTÃO NO DIA 05/10/2019, BEM COMO, NÃO POSSUEM PROBLEMA COM FALTAS EM TODO O TEMPO DE TRABALHO PRESTADO. PODE-SE OBSERVAR DA ESCALA DE PLANTÃO ENVIADA PELO NOSOCÔMIO QUE NO MENCIONADO DIA, OS REFERIDOS PROFISSIONAIS NÃO ESTAVAM DE PLANTÃO. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.2.16 INQUÉRITO CIVIL Nº 06/2020 (SIMP Nº 000178-292/2020). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PADRE MARCOS – PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTA CONTRATAÇÃO IRREGULAR DE EMPRESA NO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO HOSPITALAR (TÚNEL DESCONTAMINAÇÃO E SEUS COMPONENTES) PARA O ENFRENTAMENTO DA COVID-19 PELOS MUNICÍPIOS DE BELÉM DO PIAUÍ E PADRE MARCOS/PI. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: TALLITA LUZIA BEZERRA ARAÚJO. RELATOR: **DR. LUÍS FRANCISCO RIBEIRO.** APURAR SUPOSTA CONTRATAÇÃO IRREGULAR DE EMPRESA NO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO HOSPITALAR (TÚNEL DESCONTAMINAÇÃO E SEUS COMPONENTES) PARA O ENFRENTAMENTO DA COVID-19 PELOS MUNICÍPIOS DE BELÉM DO PIAUÍ E PADRE MARCOS/PI. PROCEDIMENTO INSTAURADO APÓS DENÚNCIA APRESENTADA NA OUVIDORIA DO MPPI, NOTICIANDO SUPOSTA CONTRATAÇÃO IRREGULAR DE EMPRESA NO FORNECIMENTO DE TÚNEL DESCONTAMINAÇÃO E SEUS COMPONENTES PARA O ENFRENTAMENTO DA COVID-19 PELOS MUNICÍPIOS DE BELÉM DO PIAUÍ/PI E PADRE MARCOS/PI. NO CASO EM LUME, NÃO RESTOU CONFIGURADO DOLO DOS GESTORES, JÁ QUE NÃO HÁ QUE SE FALAR EM SOBREPREGO NAS DISPENSAS DE LICITAÇÃO EM ANÁLISE, TENDO EM VISTA QUE OS VALORES UNITÁRIOS CONTRATADOS PELOS MUNICÍPIOS UTILIZADOS PARA COMPARAÇÃO SÃO MAIORES QUE OS VALORES CONTRATADOS PELOS MUNICÍPIOS DE BELÉM DO PIAUÍ/PI (R\$ 15.300,00) E PADRE MARCOS/PI (R\$ 16.000,00). NOTA-SE, POR MEIO DO PARECER TÉCNICO Nº 5/2022, QUE A COORDENADORIA DE PERÍCIAS E PARECERES TÉCNICOS DO MPPI CONCLUIU QUE A

AQUISIÇÃO DO TÚNEL DE DESINFECÇÃO NO VALOR CONTRATADO PELO MUNICÍPIO DE BELÉM DO PIAUÍ/PI, COMPARANDO-O COM OS VALORES PRATICADOS PELOS DEMAIS MUNICÍPIOS PESQUISADOS E COM O VALOR PROPOSTO PELA OUTRA EMPRESA (LIFE VISION LTDA.), NÃO RESULTOU EM SOBREPÊÇO OU SUPERFATURAMENTO. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.2.17 PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 04/2022 (SIMP Nº 000090-426/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 36ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA – PI. ASSUNTO: AVERIGUAR POSSÍVEL DESCUMPRIMENTO LEGAL NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2021 DO MUNICÍPIO DE NAZÁRIA – PI. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: EDILSON FARIAS. RELATOR: **DR. LUÍS FRANCISCO RIBEIRO**. AVERIGUAR POSSÍVEL DESCUMPRIMENTO LEGAL NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2021 DO MUNICÍPIO DE NAZÁRIA – PI. PROCEDIMENTO INSTAURADO APÓS DENÚNCIA REALIZADA NA OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO, SOB PROTOCOLO Nº 3414/2021, PELA SRA. MARLENE QUEIROZ DO CARMO, NOTICIANDO O DESCUMPRIMENTO DA LEI NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO 2021 DO MUNICÍPIO DE NAZÁRIA/PI, POSTO QUE TERIA SIDO IMPOSSIBILITADA DE FAZER O REFERIDO SELETIVO. EM ANÁLISE AOS AUTOS, NOTADAMENTE, À MANIFESTAÇÃO DO ENTE MUNICIPAL, NOTA-SE QUE NÃO MERECEM PROSPERAR AS ALEGAÇÕES DA NOTICIANTE, ISTO PORQUE RESTA COMPROVADO QUE É COMPATÍVEL COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL A PREVISÃO LEGAL QUE EXIJA O TRANSCURSO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES, CONTADOS DO TÉRMINO DO CONTRATO, ANTES DE NOVA ADMISSÃO DE PROFESSOR TEMPORÁRIO ANTERIORMENTE CONTRATADO. A CONTRATAÇÃO REITERADA DE SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO, ALÉM DE INFRINGIR A LEI 8.745/1993, VIOLA A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, UMA VEZ QUE NÃO CONTEMPLA A TEMPORALIDADE REQUISITO FUNDAMENTAL PARA A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.2.18 PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 59/2021 (SIMP Nº 000075-024/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 42ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA – PI. ASSUNTO: APURAR A COMPATIBILIDADE DE HORÁRIO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE ACESSORA PARLAMENTAR NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ (ALEPI), POR CHRISLEY FERNANDA DA SILVA TRINDADE, DE FORMA CONCOMITANTE COM ATIVIDADE PRIVADA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO DE JESUS LIMA. RELATOR: **DR. LUÍS FRANCISCO RIBEIRO**. APURAR A COMPATIBILIDADE DE HORÁRIO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE ACESSORA PARLAMENTAR NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ (ALEPI), POR CHRISLEY FERNANDA DA SILVA TRINDADE, DE FORMA CONCOMITANTE COM ATIVIDADE PRIVADA. PROCEDIMENTO INSTAURADO APÓS A VEICULAÇÃO DE DENÚNCIAS EM MÍDIAS SOCIAIS SOBRE INÚMERAS IRREGULARIDADES NO ÂMBITO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ (ALEPI). NO CASO EM EXAME, O MINISTÉRIO PÚBLICO EMPREENDEU RELEVANTES DILIGÊNCIAS A FIM DE AVERIGUAR A VERACIDADE DA DENÚNCIA, PONTUANDO, AO FINAL, A COMPATIBILIDADE DO EXERCÍCIO DO CARGO PÚBLICO E DA ATIVIDADE PARTICULAR DE PSICÓLOGA DESENVOLVIDA PELA REQUERIDA, SEM COMPROMETIMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO DESEMPENHADO JUNTO À ALEPI, HAJA VISTA QUE SÃO EXECUTADOS EM TURNOS DIVERSOS. A INVESTIGADA EXERCE SUAS FUNÇÕES JUNTO À ALEPI NO HORÁRIO DAS 07H ÀS 13H, OCORRENDO AS GRAVAÇÕES DO PROGRAMA NO PERÍODO DA MANHÃ, EXERCENDO SUA PROFISSÃO DE PSICÓLOGA NO PERÍODO DA TARDE. PORTANTO, NÃO RESTANDO DEMONSTRADA A SUPOSTA IRREGULARIDADE, O ARQUIVAMENTO É MEDIDA QUE SE

IMPÕE. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.2.19 INQUÉRITO CIVIL Nº 78/2017 (SIMP Nº 000150-025/2017). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 44ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA – PI. ASSUNTO: AVERIGUAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2015, QUE PODERIAM CONFIGURAR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: LUÍSA CYNOBELLINA A. LACERDA ANDRADE. RELATOR: **DR. LUÍS FRANCISCO RIBEIRO**. AVERIGUAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2015, QUE PODERIAM CONFIGURAR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PROCEDIMENTO ORIGINADO A PARTIR DE DENÚNCIA ANÔNIMA, RECEBIDA NA OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, EM 27/07/2017. AS IRREGULARIDADES FORAM DETECTADAS NO RELATÓRIO DE AUDITORIA ELABORADO NO BOJO DO PROCESSO TC/005129/2015. EM ANÁLISE AO CASO EM EXAME, NOTA-SE QUE FORAM EMPREENDIDAS RELEVANTES DILIGÊNCIAS POR PARTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO, RESTANDO COMPROVADAS AS IRREGULARIDADES QUE DERAM AZO À ABERTURA DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO. TODAVIA, IMPERIOSO MENCIONAR AS SUBSTANCIAIS ALTERAÇÕES QUE OCORRERAM NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, PROMOVIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021. ANALISANDO OS AUTOS DO PROCESSO TC/005129/2015, ESPECIALMENTE O TEOR DOS ACÓRDÃOS Nº 990/2018 E Nº 991/2018, OBSERVOU-SE QUE O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ JULGOU AS CONTAS REGULARES COM RESSALVA, COM FUNDAMENTO NO ART. 122, INCISO II, DA LEI ESTADUAL Nº 5.888/09, NÃO IMPUTANDO DÉBITO (DANO AO ERÁRIO) AOS GESTORES, TRATANDO-SE, EM VERDADE, DE IRREGULARIDADES MERAMENTE FORMAIS, PELAS QUAIS FORAM APLICADAS APENAS MULTAS. NESSA ESTEIRA, FAZ-SE APLICAR O DISPOSTO NA SÚMULA Nº 07 DO EGRÉGIO CSMP/PI. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.2.20 PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL Nº 03/2021 (SIMP Nº 000022-216/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 44ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA – PI. ASSUNTO: INVESTIGAR POSSÍVEL SISTEMA ORGANIZADO PARA SUPERFATURAR E FRAUDAR LICITAÇÕES, APRESENTANDO COMO IRREGULAR O CONTRATO Nº 0477608-24, CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: LUÍSA CYNOBELLINA ASSUNÇÃO LACERDA ANDRADE. RELATOR: **DR. LUÍS FRANCISCO RIBEIRO**. INVESTIGAR UM POSSÍVEL SISTEMA ORGANIZADO PARA SUPERFATURAR E FRAUDAR LICITAÇÕES, APRESENTANDO COMO IRREGULAR O CONTRATO Nº 0477608-24, CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. PROCEDIMENTO ORIGINADO A PARTIR DE SOLICITAÇÃO DE AUXÍLIO FORMULADA PELA 44ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA AO GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – GAECO, NO BOJO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 06/2020-44ªPJ (SIMP Nº 000009-025/2020). NOTA-SE, EM VERDADE, QUE O PIC SOB ANÁLISE NÃO FOI INSTAURADO PELA PROMOTORIA DE JUSTIÇA NATURAL, MAS, SIM, PELO GAECO, RAZÃO PORQUE O REFERIDO GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DOS AUTOS À 44ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA, COM O FIM DE SUBMETER A INSTAURAÇÃO DO PRESENTE PIC E OS ATOS INVESTIGATÓRIOS ATÉ ENTÃO PRATICADOS À RATIFICAÇÃO – OU NÃO – DO PROMOTOR NATURAL. ANTE O AUXÍLIO PRESTADO E CONSIDERANDO QUE AS MEDIDAS NECESSÁRIAS FORAM ADOTADAS NO ÂMBITO DESTE PROCEDIMENTO, A DOUTA PROMOTORA DE JUSTIÇA ENTENDEU AFIGURAR-SE PERTINENTE A EXTRAÇÃO DE CÓPIAS DOS AUTOS DESTE PIC E A DEVIDA JUNTADA NO BOJO DO PROCEDIMENTO AINDA EM

CURSO QUE SERVIU COMO FUNDAMENTO PARA A INSTAURAÇÃO DO PRESENTE PIC, QUAL SEJA, O INQUÉRITO CIVIL Nº 06/2020-44ªPJ (SIMP Nº 000009-025/2020). PELO EXPOSTO, TENDO EM VISTA QUE PROCEDIMENTO EM TELA EXAURIU SEUS OBJETIVOS, O ARQUIVAMENTO É MEDIDA QUE SE IMPÕE. ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.2.21 ATENDIMENTO AO PÚBLICO (SIMP Nº 001590-435/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO MAIOR – PI. ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE AUXÍLIO MINISTERIAL PELO SR. JOAQUIM DOS SANTOS MONTEIRO, PARA A REALIZAÇÃO DE ACORDO REFERENTE À VENDA DE UMA CASA QUE É DE PROPRIEDADE DE SUA GENITORA. RECURSO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: RAFAEL MAIA NOGUEIRA. RELATOR: **DR. LUÍS FRANCISCO RIBEIRO.** ATENDIMENTO AO PÚBLICO. SOLICITAÇÃO DE AUXÍLIO MINISTERIAL PELO SR. JOAQUIM DOS SANTOS MONTEIRO, PARA A REALIZAÇÃO DE ACORDO REFERENTE À VENDA DE UMA CASA QUE É DE PROPRIEDADE DE SUA GENITORA. NO TERMO DE DECLARAÇÃO, O SR. JOAQUIM AFIRMA QUE É CURADOR DA SUA GENITORA, A SRA. MARIA PASTORA DOS SANTOS MONTEIRO; QUE A IDOSA TEM 02 (DOIS) BENEFÍCIOS QUE NÃO ESTÃO MAIS SUPRINDO SUAS DESPESAS; QUE GOSTARIA DE SOLICITAR UM ACORDO REFERENTE A UMA CASA QUE É DE PROPRIEDADE DE SUA MÃE, PARA QUE O IMÓVEL POSSA SER VENDIDO. EM ANÁLISE AO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO CSMP/PI Nº 03/2017, NOTA-SE, DE PRONTO, QUE NÃO COMPETE AO EGRÉGIO CSMP/PI ANALISAR RECURSO EM FACE DE INDEFERIMENTO DE INSTAURAÇÃO DE NOTÍCIA DE FATO, POR AUSÊNCIA DE PREVISÃO NO REGIMENTO INTERNO DO CSMP/PI. ADEMAIS, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 174/2017, CABERÁ RECURSO DA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO, E NÃO DO INDEFERIMENTO DE SUA INSTAURAÇÃO. INOBTANTE, TORNA-SE EVIDENTE A INEXISTÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO PRIMÁRIO, DE INTERESSES SOCIAIS, DE INTERESSES COLETIVOS LATO SENSU (DIFUSOS, COLETIVOS EM SENTIDO ESTRITO E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS DE RELEVÂNCIA SOCIAL, DISPONÍVEIS OU NÃO), BEM COMO, DE SITUAÇÃO DE RISCO DE DIREITOS INDIVIDUAIS RELEVANTES. O NOTICIANTE, NA CONDIÇÃO DE CURADOR, PODERÁ PROCURAR O ATENDIMENTO DE ADVOGADO OU DEFENSORIA PÚBLICA, PARA OBTER AUTORIZAÇÃO JUDICIAL, TENDO O PLENO DIREITO DE BUSCAR NO JUDICIÁRIO A SATISFAÇÃO DO SEU INTERESSE OU VONTADE. ISTO POSTO, NÃO CONHEÇO DO PRESENTE ATO RECURSAL, EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE PREVISÃO NO REGIMENTO INTERNO DESTE EGRÉGIO COLEGIADO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, NÃO CONHECEU DO RECURSO, TENDO EM VISTA A AUSÊNCIA DE PREVISÃO REGIMENTAL, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.3 RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.

2.3.1 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000512-369/2019). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARNAÍBA– PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES REFERENTES AO EMPREENDIMENTO “CONDOMÍNIO DELTA VILLE” QUE ESTARIAM VIOLANDO A LEI Nº 4.591/64 QUE DISPÕE SOBRE CONDOMÍNIOS EM EDIFICAÇÕES. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: CRISTIANO FARIAS PEIXOTO. **RELATORA: IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES REFERENTES AO EMPREENDIMENTO “CONDOMÍNIO DELTA VILLE” QUE ESTARIAM VIOLANDO A LEI Nº 4.591/64 QUE DISPÕE SOBRE CONDOMÍNIOS EM EDIFICAÇÕES – OBJETIVO ALCANÇADO – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. EM ANÁLISE DOS AUTOS, PODEMOS OBSERVAR QUE AS DEMANDAS ACERCA DA REGULARIDADE DO REGISTRO DE IMÓVEIS E DA EXISTÊNCIA DA CONVENÇÃO DE CONDOMÍNIO DO EMPREENDIMENTO “CONDOMÍNIO DELTA VILLE”, JUNTO AO CARTÓRIO ALMENDRA – 1º OFÍCIO DE PARNAÍBA, QUE TEM NATUREZA CONSUMERISTA, FORAM TOTALMENTE RESOLVIDAS. 2.

JÁ A RESOLUÇÃO DA DEMANDA DA SRA. EDNÓLIA FONTENELE OLIVEIRA EM RELAÇÃO AO SR. CARLOS HENRIQUE DE ARAÚJO, COM QUEM FIRMOU CONTRATO DE COMPRA E VENDA DO APARTAMENTO NO SUPRACITADO CONDOMÍNIO, NÃO CABE AO MINISTÉRIO PÚBLICO POIS SE TRATA DE INTERESSE ESTRITAMENTE PATRIMONIAL, OU SEJA, VERSA SOBRE DIREITO DISPONÍVEL SEM NENHUMA REPERCUSSÃO PARA SOCIEDADE. 3. ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.3.2 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000144-063/2019). PROCESSO ELETRÔNICO ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO MAIOR-PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONSUBSTANCIADO NO ATRASO DO REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS E DE SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, MESMO SENDO ESTAS DESCONTADAS EM FOLHA DE PAGAMENTO, REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2019. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA: RICARDO LÚCIO FREIRE TRIGUEIRO. **RELATORA: IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** APURAR SUPOSTO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONSUBSTANCIADO NO ATRASO DO REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS E DE SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, MESMO SENDO ESTAS DESCONTADAS EM FOLHA DE PAGAMENTO, REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2019 – APLICAÇÃO SÚMULA 08 CSMP – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. APESAR DE A CONDUTA CONFIGURAR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, ESTE NÃO TEM O CONDÃO DE PROVOCAR A ATUAÇÃO MINISTERIAL, POIS TODOS OS RECURSOS PÚBLICOS QUE SERIAM DISPENDIDOS NA BUSCA DO RESSARCIMENTO DESTES VALORES SERIAM DESPROPORCIONAIS FRENTE AO SEU VALOR ÍNFIMO. 2. PRIMANDO PELA IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO, ESTE EGRÉGIO CONSELHO FIRMOU O ENTENDIMENTO QUE O ÓRGÃO MINISTERIAL FICA DISPENSADO DE PROPOR MEDIDAS RESSARCITÓRIAS QUANDO O DANO AO ERÁRIO FICA ESTIMADO EM VALOR ABAIXO DE 2.000 UFR, EX VI DA SÚMULA Nº 08 DO CSMP/PI. 3. ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.3.3 PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO (SIMP N° 000464-143/2019). PROCESSO FÍSICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE UNIÃO-PI. ASSUNTO: APURAR EVENTUAIS RESPONSABILIDADES DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR, CONFORME DETERMINADO NA DECISÃO PROFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO N° 0000188-20.2019.8.18.0076. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA: RAFAEL MAIA NOGUEIRA. **RELATORA: IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** APURAR EVENTUAIS RESPONSABILIDADES DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR, CONFORME DETERMINADO NA DECISÃO PROFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 0000188-20.2019.8.18.0076 – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. COM EFEITO, DE TODA ANÁLISE DO CADERNO PROCESSUAL, PODE-SE CONCLUIR QUE AS AFIRMAÇÕES INICIAIS DA NOTICIANTE, POR SI SÓ, SÃO INSUSCETÍVEIS DE AFASTAR A PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE E VERACIDADE DE QUE GOZAM OS ATOS ADMINISTRATIVOS ORIUNDOS DAS CONSELHEIRAS TUTELARES DE UNIÃO/PI. 2. TEM-SE DOS AUTOS QUE A NOTICIANTE RELATOU QUE NÃO POSSUI NOVAS INFORMAÇÕES OU PROVAS E NÃO INDICOU TESTEMUNHAS CAPAZES DE COMPROVAR O ALEGADO. 3. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.3.4 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000012-107/2020). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS-PI. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES PRATICADAS PELO MUNICÍPIO DE OEIRAS-PI NA CONSTRUÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL ALTO DO CANELA I, SEM OS CUIDADOS NECESSÁRIOS À SEGURANÇA E COMODIDADE DOS MORADORES, BEM COMO NA INTERRUPTÃO DE ACESSO PARA VEÍCULOS MOTORIZADOS ÀS RUAS 19 E 20 DO CONJUNTO CAJUEIRO, BAIRRO CANELA, EM OEIRAS-PI. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA: VANDO DA SILVA MARQUES. **RELATORA: IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES PRATICADAS PELO MUNICÍPIO DE OEIRAS-PI NA CONSTRUÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL ALTO DA CANELA I, BEM COMO NA INTERRUPTÃO DE ACESSO PARA VEÍCULOS MOTORIZADOS DO CONJUNTO CAJUEIRO, EM OEIRAS-PI – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. APÓS DILIGÊNCIAS DA PROMOTORIA DE BASE, OBSERVOU-SE QUE NÃO HOUE IRREGULARIDADE, TENDO EM VISTA QUE BUSCANDO MELHORAR A ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE DOS MORADORES, O PODER PÚBLICO MUNICIPAL PROMOVEU A CONSTRUÇÃO DE DUAS RAMPAS DE ACESSO LIGANDO AS RUAS 19 E 20 DO CONJUNTO CAJUEIRO AO CONJUNTO ALTO DO CANELA. 2. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.3.5 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000031-029/2020). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 33ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA-PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTA AUSÊNCIA DE ACESSIBILIDADE NO EVENTO BLOQUINHO “LIGA DA JUSTIÇA”, PROMOVIDO PELA CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DO PIAUÍ – CAAPI, EM 01/02/2020. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA: LIA RAQUEL PRADO BURGOS RIBEIRO MARTINS. **RELATORA: IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** APURAR SUPOSTA AUSÊNCIA DE ACESSIBILIDADE NO EVENTO BLOQUINHO “LIGA DA JUSTIÇA”, PROMOVIDO PELA CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DO PIAUÍ – CAAPI, EM 01/02/2020 – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. COM EFEITO, DE TODA ANÁLISE DO CADERNO PROCESSUAL PODE-SE CONCLUIR QUE A VERIFICAÇÃO IN LOCU DA ILEGALIDADE NOTICIADA NÃO FOI POSSÍVEL, DADO NÃO SER UM EVENTO PERMANENTE E CUJA SUPOSTA AUSÊNCIA DE ACESSIBILIDADE FOI INFORMADA APÓS SUA REALIZAÇÃO. 2. ADEMAIS, CONFORME SE EXTRAÍ DOS AUTOS, NOTIFICADA PARA APRESENTAR TESTEMUNHAS OU OUTRAS PROVAS DOS FATOS QUE ALEGA, A RECLAMANTE NÃO O FEZ, TAMPOUCO INDICOU ONDE SE PUDESSE BUSCÁ-LAS, IMPEDINDO A CONTINUAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO. 3. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.3.6 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000051-230/2020). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE INHUMA-PI. ASSUNTO: APURAR DENÚNCIA SOBRE POSSÍVEL SUPERFATURAMENTO DE OBRAS POR PARTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO PIAUÍ. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA: SINOBILINO PINHEIRO DA SILVA JÚNIOR. **RELATORA: IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** APURAR DENÚNCIA SOBRE POSSÍVEL SUPERFATURAMENTO DE OBRAS POR PARTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO PIAUÍ – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. COM EFEITO, DE TODA ANÁLISE DO CADERNO PROCESSUAL, PODE-SE CONCLUIR QUE, ANTE O SUPRADITO OBJETO, FORA DILIGENCIADO A FIM DE APURAR SE HAVIA OCORRIDO A IRREGULARIDADE, BEM COMO A FORMA QUE OCORREU, NO ENTANTO, AO INSTRUIR-SE O FEITO, VERIFICOU-SE QUE NÃO HÁ PROVAS DE COMETIMENTO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. 2.

TEM-SE DOS AUTOS QUE, DETERMINADO AO EXMO. PROCURADOR FEDERAL QUE NOTIFICASSE O REPRESENTANTE PARA COMPLEMENTAR AS INFORMAÇÕES REFERENTES À NOTÍCIA DE FATO INSTAURADA A PARTIR DE SUAS DECLARAÇÕES, ESTE PERMANECEU SILENTE, NÃO SENDO EVIDENCIADOS INDÍCIOS DE QUE OCORRERAM OS SUPERFATURAMENTOS. 3. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.3.7 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000108-201/2020). PROCESSO FÍSICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CRISTINO CASTRO-PI. ASSUNTO: APURAR DENÚNCIAS FEITAS CONTRA O SR. PETRÔNIO MARTINS FALCÃO, PREFEITO DE CRISTINO CASTRO/PI À ÉPOCA DOS FATOS (ANO DE 2002). PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA: ROBERTO MONTEIRO CARVALHO. **RELATORA: IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** APURAR DENÚNCIAS FEITAS CONTRA O SR. PETRÔNIO MARTINS FALCÃO, PREFEITO DE CRISTINO CASTRO-PI À ÉPOCA DOS FATOS, EM 2002 – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. COM EFEITO, DE TODA ANÁLISE DO CADERNO PROCESSUAL, PODE-SE CONCLUIR QUE, TENDO EM VISTA A AUSÊNCIA DE IMPUTAÇÃO DE DÉBITO AO GESTOR PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ E, CONSIDERANDO O DISPOSTO NA SÚMULA N. 05 DO CSMP/MPPI, NÃO HÁ QUE SE ADOTAR AS PROVIDÊNCIAS RELACIONADOS A RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. 2. TEM-SE DOS AUTOS QUE O RELATÓRIO ELABORADO PELA DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (DFAM) - EXERCÍCIO/2002 TAMBÉM DISCRIMINA DE FORMA GENÉRICA OS VALORES DESPENDIDOS COM SERVIÇOS E AQUISIÇÕES SEM O PRÉVIO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, NO ENTANTO, SEM ESPECIFICAR SE TAIS VALORES DEVERIAM SER ATRIBUÍDOS AO GESTOR COMO DÉBITO. 3. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.3.8 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000170-107/2020). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS-PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTA OCORRÊNCIA DE SUPERFATURAMENTO EM CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE 04 (QUATRO) TENDAS, CELEBRADO NO ANO DE 2020, ENTRE O MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS DO PIAUÍ-PI E A EMPRESA CIBALENA COMÉRCIO E SERVIÇOS – ME (CNPJ N° 30.902.547/0001-43), VISANDO AO COMBATE À COVID-19. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA: JOÃO BATISTA DE CASTRO FILHO. **RELATORA: IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** APURAR SUPOSTA OCORRÊNCIA DE SUPERFATURAMENTO EM CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE QUATRO TENDAS NO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS DO PIAUÍ, VISANDO AO COMBATE À COVID-19 – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. COM EFEITO, DE TODA ANÁLISE DO CADERNO PROCESSUAL, PODE-SE CONCLUIR QUE CONTRATAÇÃO DIRETA AQUI TRATADA, NO VALOR R\$ 44.100,00 (QUARENTA E QUATRO MIL E CEM REAIS), FOI REALIZADA EM CONTEXTO DE PANDEMIA, QUANDO JÁ VIGENTE A MEDIDA PROVISÓRIA N° 961/2020, QUE FLEXIBILIZOU AS REGRAS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EM RAZÃO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA SANITÁRIA, ESTANDO, PORTANTO, ENQUADRADA NO LIMITE DE R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS) ESTABELECIDO PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO EM COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS. 2. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.3.9 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000174-166/2021). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ÁGUA BRANCA-PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE

NA COMPRA DO SÍTIO ALEXANDRINO, NA CIDADE DE ÁGUA BRANCA-PI, TENDO SIDO ADQUIRIDO PELO ENTÃO CANDIDATO AO PLEITO MUNICIPAL E CEDIDO A ÓRGÃO DO MUNICÍPIO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA: MARIO ALEXANDRE COSTA NORMANDO. **RELATORA: IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NA COMPRA DO SÍTIO ALEXANDRINO, NA CIDADE DE ÁGUA BRANCA-PI, TENDO SIDO ADQUIRIDO PELO ENTÃO CANDIDATO AO PLEITO MUNICIPAL E CEDIDO A ÓRGÃO DO MUNICÍPIO – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. COM EFEITO, DE TODA ANÁLISE DO CADERNO PROCESSUAL, PODE-SE CONCLUIR QUE INEXISTIU IRREGULARIDADE NA COMPRA DO TERRENO, BEM COMO FOI RECOMENDADO AO GESTOR QUE O MESMO SUSPENDESSE A UTILIZAÇÃO DO TERRENO PELO MUNICÍPIO, EM FACE À OFENSA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA MORALIDADE. 2. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.3.10 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000255-310/2019). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2º PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ. ASSUNTO: APURAR SUPOSTA INADIMPLÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA EX-GESTORA DA UNIDADE ESCOLAR VERÔNICA CELESTINA DIAS, QUANTO À 1ª PARCELA PACTUE REGULAR 2017 E PDDE ACESSIBILIDADE 2016. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: SEBASTIÃO JACSON SANTOS. **RELATORA: IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** APURAR SUPOSTA INADIMPLÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA EX-GESTORA DA UNIDADE ESCOLAR VERÔNICA CELESTINA DIAS, QUANTO À 1ª PARCELA PACTUE REGULAR 2017 E PDDE ACESSIBILIDADE 2016 – IRREGULARIDADE NÃO VERIFICADA – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. APÓS DILIGÊNCIAS DA PROMOTORIA DE BASE, VERIFICOU-SE QUE O FATO INVESTIGADO NÃO É APTO A CONFIGURAR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA POIS SOMENTE OCORREU O ATRASO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA 1ª PARCELA DO PROGRAMA DE AUTONOMIA, COOPERAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO PIAUÍ (PACTUE), DEVIDAMENTE JUSTIFICADA PELA DIVERGÊNCIA DE DATAS GUIAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (GPS) DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2017 E NOTA FISCAL NO MÊS DE MARÇO 2017. 2. DANO AO ERÁRIO EM VALOR ÍNFIMO MOTIVANDO A APLICAÇÃO DA SÚMULA N° 08 CSMP. 3. ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.3.11 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000279-271/2017). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUADALUPE-PI. ASSUNTO: VERIFICAR IRREGULARIDADES NAS NOMEAÇÕES E CONTRATAÇÕES DE SERVIDORES PÚBLICOS, BEM COMO TOMAR AS MEDIDAS EXTRAJUDICIAIS E JUDICIAIS CABÍVEIS NO CASO DE COMPROVAÇÃO DE VIOLAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA: ANA SOBREIRA BOTELHO MOREIRA. **RELATORA: IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** VERIFICAR IRREGULARIDADES NAS NOMEAÇÕES E CONTRATAÇÕES DE SERVIDORES PÚBLICOS, BEM COMO TOMAR MEDIDAS EXTRAJUDICIAIS E JUDICIAIS CABÍVEIS NO CASO DE COMPROVAÇÃO DE VIOLAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. COM EFEITO, DE TODA ANÁLISE DO CADERNO PROCESSUAL, PODE-SE CONCLUIR QUE É ATO DISCRICIONÁRIO DO ADMINISTRADOR MUNICIPAL A QUANTIFICAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE QUE SUA GESTÃO NECESSITARÁ PARA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E PARA A ATIVIDADE ADMINISTRATIVA COMO UM TODO, CABENDO A ANÁLISE PELA FORMA COMO O QUAL FORAM CRIADOS E SE A FINALIDADE DA CRIAÇÃO ATENDE AO INTERESSE PÚBLICO E SE ELES SE PRESTAM AO FIM ALMEJADO PELA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL (CHEFIA, DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO). 2. NÃO SE VISLUMBRARAM INDÍCIOS DE LESIVIDADE DA CONTRATAÇÃO, NA MEDIDA EM QUE AS CONTRATAÇÕES REALIZADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE GUADALUPE FORAM REALIZADAS COM BASE NA RESOLUÇÃO Nº 007/2006. 3. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.3.12 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000582-060/2019). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO MAIOR-PI. ASSUNTO: APURAR POTENCIAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PERPETRADO PELO SR. JOSÉ DE RIBAMAR CARVALHO CONSUBSTANCIADO NO ATRASO DO REPASSE DO DUODÉCIMO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DO ANO DE 2019. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA: RICARDO LÚCIO FREIRE TRIGUEIRO. **RELATORA: IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** APURAR POTENCIAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PERPETRADO PELO SR. JOSÉ DE RIBAMAR CARVALHO CONSUBSTANCIADO NO ATRASO DO REPASSE DO DUODÉCIMO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DO ANO DE 2019 – APLICAÇÃO SÚMULA 08 CSMP – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. EM ANÁLISE DO CASO EM EPÍGRAFE, ESPECIALMENTE DOS DOCUMENTOS COLACIONADOS E SUAS RESPECTIVAS FUNDAMENTAÇÕES, OBSERVA-SE QUE NÃO FORAM CONSTATADAS IRREGULARIDADES APTAS A DAR ENSEJO AO MANEJO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA APLICAÇÃO DE SANÇÃO REFERENTE À PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, POIS O DUODÉCIMO FOI REGULARMENTE REPASSADO ATÉ O DIA 20 DE CADA MÊS NO ANO DE 2019, OCORRENDO UM ATRASO DE APENAS 03 (TRÊS) DIAS EM SETEMBRO, INSUFICIENTE CARACTERIZAR DOLO NA CONDOTA DO GESTOR. 2. ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.3.13 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 002606-369/2020). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARNAÍBA-PI. ASSUNTO: APURAR IRREGULARIDADES NA AUSÊNCIA DE EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA DA RUA NONATO BEM, BAIRRO DIRCEU ARCOVERDE, NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA (PI). PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: ANTENOR FILGUEIRAS LÔBO NETO. **RELATORA: IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** APURAR IRREGULARIDADES NA AUSÊNCIA DE EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA DA RUA NONATO BEM, BAIRRO DIRCEU ARCOVERDE, NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA-PI – IRREGULARIDADE NÃO VERIFICADA – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. OBSERVOU-SE NO PROCESSO QUE, A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE PARNAÍBA (PI), APRESENTOU PARECER TÉCNICO Nº 30/2021, POR MEIO DO QUAL INFORMA O STATUS DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA NONATO BEM, NO BAIRRO DIRCEU, ACUSANDO A CONCLUSÃO DA PAVIMENTAÇÃO DA CITADA VIA EM SUA TOTALIDADE. 2. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.3.14 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000702-361/2020). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS-PI. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEL IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA CONTÁBIL DO ESCRITÓRIO LTDA. - ESCONTAP (CNPJ 09.313.076/0001-41) PELA CÂMARA MUNICIPAL DE DOM EXPEDITO LOPES-PI. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA: MICHELINE RAMALHO SEREJO SILVA. **RELATORA: IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA CONTÁBIL DO ESCRITÓRIO ESCONTAP PELA CÂMARA MUNICIPAL

DE DOM EXPEDITO LOPES-PI – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. COM EFEITO, DE TODA ANÁLISE DO CADERNO PROCESSUAL, PODE-SE CONCLUIR QUE, ANTE O SUPRADITO OBJETO, FORA DILIGENCIADO NO FEITO A FIM DE APURAR SE HAVIA OCORRIDO A IRREGULARIDADE, BEM COMO A FORMA QUE OCORREU, NO ENTANTO, AO INSTRUIR-SE O FEITO VERIFICOU-SE QUE NÃO HÁ PROVAS DE COMETIMENTO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. 2. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.4 RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.

2.4.1 INQUÉRITO CIVIL Nº 21/2018 (SIMP Nº 000712-019/2016). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 35ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: APURAR IRREGULARIDADE NA NOMEAÇÃO DE CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA PARA EXERCÍCIO DE CARGO EFETIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. FRANCISCO DE JESUS LIMA. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. IMPROBIDADE DECORRENTE DA FRUSTRAÇÃO DO CARÁTER CONCORRENCIAL DE CONCURSO PÚBLICO. NÃO COMPROVAÇÃO. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DO ATO ÍMPROBO QUE ATENTA CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MAIS ESPECIFICAMENTE A CONDUTA TIPIFICADA NO ART. 11, V, DA LEI Nº 8.429/1992, PORQUANTO NOTICIADA A NOMEAÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA PARA EXERCÍCIO DE CARGO EFETIVO SEM QUE, EM TESE, A DEFICIÊNCIA POR ELA ALEGADA FIGURASSE NO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO COMO AUTORIZADORA DO PROVIMENTO DAS VAGAS DESTINADAS A TAIS CANDIDATOS. 2. NO CASO DOS AUTOS, É POSSÍVEL VERIFICAR QUE O EDITAL DO CERTAME EM COMENTO NÃO ELENCA OU DEFINE AS CARACTERÍSTICAS QUE CONSTITUAM DEFICIÊNCIA, MAS APENAS REPRODUZ AS CATEGORIAS CONSTANTES NO DECRETO FEDERAL Nº 3.298/1999, ENQUADRANDO-SE O INVESTIGADO, CONSOANTES INFORMAÇÕES DO ATESTADO MÉDICO APRESENTADO À BANCA EXAMINADORA, NA CATEGORIA “DEFICIÊNCIA FÍSICA”. 3. OS ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO OBTIDOS PELO ÓRGÃO MINISTERIAL NÃO DEMONSTRAM A FRUSTRAÇÃO, EM OFENSA AO PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE, DO CARÁTER CONCORRENCIAL DO CERTAME, COM VISTAS À OBTENÇÃO DE BENEFÍCIO, DIRETO OU INDIRETO, DO INVESTIGADO. 4. INVEROSIMILHANÇA DAS DECLARAÇÕES ENSEJADORAS DESTA INVESTIGAÇÃO. 5. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS E INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA, EM CONFORMIDADE COM A NORMA DO ART. 10, CAPUT, DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 23/2007. 6. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.4.2 PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 22/2022 (SIMP Nº 000023-027/2022). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: ACOMPANHAR A DOAÇÃO VOLUNTÁRIA DE ÓRGÃO PARA A REALIZAÇÃO DE TRANSPLANTE INTERVIVOS, ADOTANDO, CASO NECESSÁRIO, AO FINAL, AS MEDIDAS JUDICIAIS CABÍVEIS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. ENY MARCOS VIEIRA PONTES. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. SAÚDE. DOAÇÃO E TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS, TECIDOS OU PARTES. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES. ARQUIVAMENTO. 1. ACOMPANHAMENTO DE DOAÇÃO DE ÓRGÃO PARA A REALIZAÇÃO DE TRANSPLANTE INTERVIVOS, MAIS ESPECIFICAMENTE DE MÃE PARA FILHO. 2. A SITUAÇÃO DELINEADA NOS AUTOS ENCONTRA-SE EM CONFORMIDADE COM OS DITAMES DA LEI Nº 9.434/1997, QUE DISPÕE JUSTAMENTE SOBRE A REMOÇÃO DE ÓRGÃOS, TECIDOS E PARTES DO CORPO HUMANO PARA FINS DE TRANSPLANTE E

TRATAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, E DO DECRETO Nº 9.175/2017, REGULAMENTADOR DA REFERIDA LEI. 3. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 4. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 5. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.4.3 INQUÉRITO CIVIL Nº 07/2019 (SIMP Nº 000306-197/2019). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LUÍS CORREIA. ASSUNTO: APURAR A EXISTÊNCIA, REGULAMENTAÇÃO E ALIMENTAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAJUEIRO DA PRAIA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. GALENO ARISTÓTELES COELHO DE SÁ. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. INFÂNCIA E JUVENTUDE. CRIAÇÃO DE FUNDO MUNICIPAL. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PARA MELHOR ELUCIDAÇÃO. CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA. 1. APURAÇÃO DA EXISTÊNCIA, REGULAMENTAÇÃO E ALIMENTAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAJUEIRO DA PRAIA. 2. NO CASO DOS AUTOS, CONQUANTO O RESPECTIVO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE TENHA APRESENTADO DOCUMENTOS RELATIVOS À CONTA BANCÁRIA E À INSCRIÇÃO NO CNPJ, DEIXOU DE ENVIAR O DECRETO REGULAMENTADOR E O COMPROVANTE DE CADASTRAMENTO PELO MINISTÉRIO DA CIDADANIA, OS QUAIS SÃO INDISPENSÁVEIS PARA CORRETA IMPLANTAÇÃO DO FUNDO EM COMENTO. 3. NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 4. CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, NÃO HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO E CONVERTEU O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.4.4 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000248-230/2018). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE INHUMA. ASSUNTO: APURAR IRREGULARIDADES QUANTO À UTILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE MARCAS COMERCIAIS EM PATRIMÔNIO PÚBLICO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. SINOBILINO PINHEIRO DA SILVA JÚNIOR. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. DIVULGAÇÃO DE MARCAS PRIVADAS EM BEM PÚBLICO. PERDA DO OBJETO. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DA DIVULGAÇÃO DE COMÉRCIOS LOCAIS NO GINÁSIO POLIESPORTIVO DEPUTADO MUSSA DEMES, NO MUNICÍPIO DE INHUMA. 2. NOTIFICADA, A PREFEITURA INFORMOU TER REALIZADO RECENTE REFORMA NO LOCAL, QUE, AGORA, NÃO MAIS POSSUI NENHUMA PROPAGANDA DE ENTIDADE PRIVADA, CONFORME FOTOGRAFIAS ANEXAS. 3. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 4. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 5. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.4.5 INQUÉRITO CIVIL Nº 02/2011 (SIMP Nº 000703-081/2016). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOM JESUS. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS/SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE REDENÇÃO DO GURGUEIA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. MÁRCIO GIORGI CARCARÁ ROCHA. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. ATRASO OU NÃO PAGAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS. PERDA DO OBJETO. ARQUIVAMENTO. 1.

APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES NO PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS OU SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE REDENÇÃO DO GURGUEIA. 2. CONSOANTES INFORMAÇÕES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA SAÚDE E DA ADMINISTRAÇÃO DE REDENÇÃO DO GURGUEIA (SINTSARG), O MUNICÍPIO INVESTIGADO EFETIVOU O PAGAMENTO, EM MOMENTOS POSTERIORES, DOS SALÁRIOS DOS TRABALHADORES DA SAÚDE E ADMINISTRAÇÃO EM ATRASO NO ANO DE 2016, INEXISTINDO, ATUALMENTE, ATRASO NOS PAGAMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS. 3. O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE REDENÇÃO DO GURGUEIA (SINTERG), POR OUTRO LADO, INFORMOU A PROPOSITURA DE AÇÃO DE COBRANÇA CONTRA O MUNICÍPIO, OBJETIVANDO JUSTAMENTE COBRAR SALÁRIOS EM ATRASO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO, RELATIVOS AOS MESES DE NOVEMBRO E DEZEMBRO DAQUELE MESMO ANO. 4. AINDA QUE ASSIM NÃO FOSSE, NA FORMA COMO DELIMITADA NA PORTARIA DE INSTAURAÇÃO, O OBJETO DA INVESTIGAÇÃO GIRA EM TORNO DE INTERESSES QUE NÃO SE ENCONTRA NO ÂMBITO DE PROTEÇÃO MINISTERIAL, POIS NÃO SE INSEREM NAS HIPÓTESES DO ART. 127, CAPUT, DA CONSTITUIÇÃO DE 1988, TAMPOUCO DO ART. 178, I A III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 5. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 6. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 7. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.4.6 INQUÉRITO CIVIL Nº 36/2019 (SIMP Nº 000115-063/2019). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO MAIOR. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEL ACÚMULO ILEGAL DE CARGOS PÚBLICOS POR MARIA ELIANE BARROS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. MAURÍCIO GOMES DE SOUZA. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. ACÚMULO DE CARGOS. EXAURIMENTO DO OBJETO. NÃO CONSTATAÇÃO DE DANO AO ERÁRIO. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DE ATO ÍMPROBO DECORRENTE DA ACUMULAÇÃO ILEGAL DE TRÊS CARGOS PÚBLICOS, A SABER, PROFESSORA DOS MUNICÍPIOS DE CAMPO MAIOR E NOSSA SENHORA DE NAZARÉ E DO ESTADO DO PIAUÍ. 2. RETORNO DOS AUTOS AO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO APÓS DETERMINAÇÃO DE DILIGÊNCIA COMPLEMENTAR DESTINADA À AVALIAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE ANO AO ERÁRIO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO NAZARÉ E, CASO FOSSE CONSTATADO, À ADOÇÃO DAS MEDIDAS RESSARCITÓRIAS, SEJA POR MEIO EXTRAJUDICIAL OU JUDICIAL. 3. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO APTA A COMPROVAR A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS EM COMENTO, OS QUAIS TINHAM CARGA HORÁRIA REDUZIDA EM RAZÃO DA IDADE DA INVESTIGADA. 4. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 5. HOMOLOGAÇÃO TOTAL DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.4.7 PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 05/2022 (SIMP Nº 000568-107/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS. ASSUNTO: APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES PRATICADAS PELO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA VARJOTA NA NOMEAÇÃO DE THAINÁ SOUSA E SILVA AO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADORA DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, NÃO PREVISTO NA LEI MUNICIPAL Nº 159/2017. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JOÃO BATISTA DE CASTRO FILHO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. EXERCÍCIO IRREGULAR DE CARGO. EXONERAÇÃO DA INVESTIGADA. PERDA DO OBJETO. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DE

IMPROBIDADE DECORRENTE DE NOMEAÇÃO IRREGULAR PARA OCUPAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, EXCLUSIVO DE SERVIDORES EFETIVOS. 2. NOTIFICADA, A PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA VARJOTA APRESENTOU AO ÓRGÃO MINISTERIAL CÓPIA DA PORTARIA DE EXONERAÇÃO DA INVESTIGADA. 3. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO MÍNIMOS DA PRÁTICA DE CONDOTA DOLOSA PELOS AGENTES PÚBLICOS ENVOLVIDOS, OU SEJA, NÃO É POSSÍVEL AFIRMAR, CATEGORICAMENTE, A INTENÇÃO DE OBTER QUALQUER TIPO DE VANTAGEM PATRIMONIAL INDEVIDA EM RAZÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO OU DE LESAR O ERÁRIO MUNICIPAL. 4. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 5. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 6. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.4.8 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 002630-369/2020). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARNAÍBA. ASSUNTO: APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES PERPETRADAS PELA AGESPISA NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL NAS LOCALIDADES DOM RUFINO II E ESTRADA DA PEDRA DO SAL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. CRISTIANO FARIAS DE PEIXOTO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATOS DE CONSUMO. FALHA NO FORNECIMENTO DE ÁGUA. RESOLUTIVIDADE PARCIAL. ARQUIVAMENTO PARCIAL. 1. APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES PERPETRADAS PELA AGÊNCIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ (AGESPISA) NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL NAS LOCALIDADES DOM RUFINO II E ESTRADA DA PEDRA DO SAL. 2. NO CASO, APÓS VISTORIA IN LOCO, OS FISCAIS DA AGÊNCIA PARNAIBANA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS (ASERPA) OBSERVARAM A REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO NA LOCALIDADE (OU RESIDENCIAL) DOM RUFINO II, EM DECORRÊNCIA DAS MANOBRAS REALIZADAS PELA AGESPISA NOS REGISTROS DA REGIÃO. 3. POR OUTRO LADO, NA LOCALIDADE ESTRADA DA PEDRA DO SAL, OS FISCAIS VERIFICAM FREQUENTES E LONGAS INTERRUPÇÕES NO FORNECIMENTO DO SERVIÇO, ALÉM DE TOMAREM CONHECIMENTO DE FALTA DE ÁGUA NO BAIRRO ALTO SANTA MARIA. 4. DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FORNECER SERVIÇOS ADEQUADOS, EFICIENTES, SEGUROS E, QUANTO AOS ESSENCIAIS, CONTÍNUOS. 5. NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES QUANTO À LOCALIDADE ESTRADA DA PEDRA DO SAL E DE AVALIAR A POSSIBILIDADE DE ADITAMENTO DA PORTARIA INICIAL OU INSTAURAÇÃO DE NOVO PROCEDIMENTO PARA APURAR A FALTA DE ÁGUA NO BAIRRO ALTO SANTA MARIA, FATO NOVO, CONFORME DISPÕE O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 4º DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 23/2007. 6. HOMOLOGAÇÃO PARCIAL DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 7. CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA RELATIVAMENTE À PARTE REMANESCENTE. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU PARCIALMENTE A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO E CONVERTEU EM DILIGÊNCIA RELATIVAMENTE À PARTE REMANESCENTE, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.4.9 INQUÉRITO CIVIL Nº 09/2021 (SIMP Nº 000074-063/2020). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO MAIOR. ASSUNTO: APURAR EVENTUAIS OMISSÕES DAS AUTORIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR EM FACE A AGLOMERAÇÕES DECORRENTES DA REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE ENTRETENIMENTO PELA EMPRESA + EVENTOS NOS DIAS 5 E 12 DE NOVEMBRO DE 2020, EM DESRESPEITO ÀS NORMAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. RICARDO LÚCIO FREIRE TRIGUEIRO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE. ATIPICIDADE DA CONDOTA.

ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DE CONDUTA OMISSIVA DOS AGENTES PÚBLICOS DE CAMPO MAIOR NA FISCALIZAÇÃO DE AGLOMERAÇÕES DECORRENTES DE EVENTOS REALIZADOS PELA EMPRESA + EVENTOS EM INOBSERVÂNCIA DE NORMAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS QUE VERSAM SOBRE MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA DISSEMINAÇÃO DO NOVO CORONAVÍRUS, CONSIDERANDO A POSSIBILIDADE DE PROPOR AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.429/1992. 2. COM O ADVENTO DA LEI Nº 14.230/2021, A REFERIDA LEI PASSOU A PREVER AS CONDUTAS DOLOSAS QUE CONSTITUEM IMPROBIDADE POR ATENTAREM CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ART. 11) EM ROL CONSIDERADO TAXATIVO, NO QUAL, A TODA EVIDÊNCIA, A CONDUTA OMISSIVA DOS INVESTIGADOS NÃO SE ENCONTRA INSERIDA. 3. CONSIDERANDO QUE AO SISTEMA DA IMPROBIDADE REGULADO PELA LEI Nº 8.429/1992 SÃO APLICÁVEIS OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR, CONFORME DISPÕE EXPRESSAMENTE O § 4º DO SEU ART. 1º, É PLENAMENTE POSSÍVEL, NA HIPÓTESE VERTENTE, A APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI MAIS BENÉFICA. 4. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 5. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 6. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.4.10 INQUÉRITO CIVIL Nº 35/2018 (SIMP Nº 000088-164/2017). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BATALHA. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA IMPLANTAÇÃO DE UM LOTEAMENTO NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE BATALHA, LOCALIZADO NA ESTRADA QUE DÁ ACESSO À LOCALIDADE BREJO, QUE ESTÁ SENDO IMPLANTADO POR FRANCISCO TAVARES DE CASTRO, PELA PRÁTICA DE OMISSÃO DO REGISTRO JUNTO À PREFEITURA MUNICIPAL, BEM COMO NO CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. LIA RAQUEL PRADO BURGOS RIBEIRO MARTINS. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. FISCALIZAÇÃO. IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTO RESIDENCIAL EM ZONA URBANA. AUTOCOMPOSIÇÃO MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE TAC. EXAURIMENTO DO OBJETO. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES NA IMPLANTAÇÃO DO LOTEAMENTO CANAÃ NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE BATALHA, NA ESTRADA QUE DÁ ACESSO À LOCALIDADE BREJO, TENDO EM VISTA A FALTA DE REGISTRO JUNTO À PREFEITURA E AO CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS. 2. DIANTE DA POSSIBILIDADE DE RESOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS E CONTROVÉRSIAS ENVOLVENDO OS DIREITOS DE CUJA DEFESA É INCUMBIDO O MINISTÉRIO PÚBLICO, E ACOLHENDO SUGESTÃO DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE (CAOMA), O ÓRGÃO MINISTERIAL CELEBROU TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) COM OS REPRESENTANTES LEGAIS DO EMPREENDIMENTO EM COMENTO, CUJA AVENÇA CONTÉM OBRIGAÇÕES CERTAS, LÍQUIDAS E EXIGÍVEIS, COM CLÁUSULA PENAL EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. 3. AUTOCOMPOSIÇÃO QUE OCASIONOU A PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. 4. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DEVIDAMENTE INSTAURADO, NO SIMP Nº 000303-164/2022, PARA ACOMPANHAR O CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS DO REFERIDO TAC, EM CONFORMIDADE COM A ORIENTAÇÃO DA SÚMULA CSMP Nº 02. 5. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 6. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 7. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.4.11 INQUÉRITO CIVIL Nº 04/2020 (SIMP Nº 000160-063/2019). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO MAIOR. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEL OMISSÃO DO PODER EXECUTIVO DE SIGEFREDO PACHECO NA INSCRIÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO NOS SEUS RGFS RELATIVOS AO ANO DE 2018. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. MAURÍCIO GOMES DE SOUZA. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. OMISSÃO NA INSCRIÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO. IRREGULARIDADE MERAMENTE FORMAL. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DE OMISSÃO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE SIGEFREDO PACHECO NA INSCRIÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO NO SEU RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF) RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2018. 2. APÓS ACURADA ANÁLISE DOS AUTOS, A COORDENADORIA DE PERÍCIAS E PARECERES TÉCNICOS (CPPT) CONCLUIU PELA EXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE MERAMENTE FORMAL, MAIS ESPECIFICAMENTE NA LINHA (OU CATEGORIA) EM QUE PARCELAMENTOS DE DÉBITOS COM ENERGIA ELÉTRICA FORAM DEMONSTRADOS NO RGF EM COMENTO. 3. INCIDÊNCIA DA ORIENTAÇÃO DA SÚMULA CSMP Nº 07, QUE AUTORIZA O ARQUIVAMENTO DE PROCEDIMENTO QUE TENHA POR OBJETO JUSTAMENTE APURAR IRREGULARIDADES MERAMENTE FORMAIS QUE NÃO CONFIGUREM IMPROBIDADE. 4. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 5. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 6. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.4.12 INQUÉRITO CIVIL Nº 46/2019 (SIMP Nº 000136-063/2019). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO MAIOR. ASSUNTO: APURAR POTENCIAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADA PELO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CAMPO MAIOR, EM ATRASO COM AS CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS E DE SERVIDOR JUNTO AO CAMPO MAIOR-PREV. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. RICARDO LÚCIO FREIRE TRIGUEIRO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. IMPROBIDADE DECORRENTE DO ATRASO NO REPASSE DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. AUSÊNCIA DE CONDUITA DOLOSA. CONSTATAÇÃO DE DANO ÍNFIMO AO ERÁRIO. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO PELO GESTOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CAMPO MAIOR, DECORRENTE DO ATRASO NO RECOLHIMENTO E REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS E DE SERVIDOR AO RESPECTIVO FUNDO PREVIDENCIÁRIO. 2. CONQUANTO A IRREGULARIDADE SEJA INCONTROVERSA NOS AUTOS, OS ELEMENTOS OBTIDOS NÃO DEMONSTRAM A EXISTÊNCIA DO ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO (DOLO) EXIGIDO PELOS ARTS. 1º, § 1º, E 10, CAPUT, DA LEI Nº 8.429/1992 E QUE QUALIFICARIA A CONDUITA IRREGULAR DO INVESTIGADO COMO ÍMPROBA. 3. VEROSSIMILHANÇA DA MANIFESTAÇÃO APRESENTADA AO ÓRGÃO PROMOVENTE, SENDO IGUALMENTE INDIVIDUOSO QUE OS REPASSES EM COMENTO FORAM EFETIVADOS, AINDA QUE TARDIAMENTE, À AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA MUNICIPAL. 4. CONSTATAÇÃO DE DANO MANIFESTAMENTE INSIGNIFICANTE AO ERÁRIO MUNICIPAL, EM TORNO DE R\$ 5.496,24, INCIDINDO, NA HIPÓTESE VERTENTE, A ORIENTAÇÃO DA SÚMULA CSMP Nº 08, QUE DISPENSA A ADOÇÃO DE MEDIDAS RESSARCITÓRIAS QUANDO O VALOR ESTIMADO DO DANO, CORRIGIDO MONETARIAMENTE, NÃO ULTRAPASSE 2.000 UFR-PI, OU, EM REAIS, R\$ 8.160,00, A FIM DE EVITAR O DISPÊNDIO DE RECURSOS MINISTERIAIS QUE SUPEREM O PRÓPRIO DANO. 5. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 6. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 7. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A**

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.

2.4.13 PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL Nº 05/2020 (SIMP Nº 000641-308/2020). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO MAIOR. ASSUNTO: APURAR A PRÁTICA DOS CRIMES PREVISTOS ART. 1º, II, III E V, DO DECRETO-LEI Nº 201/1967 POR PAULO CÉSAR DE SOUSA MARTINS, EX-PREFEITO DE CAMPO MAIOR, EM 2016. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. RICARDO LÚCIO FREIRE TRIGUEIRO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. PRÁTICA DE CRIME DE RESPONSABILIDADE POR PREFEITO. MATERIALIDADE E DOLO NÃO CONFIGURADOS. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DA PRÁTICA DOS CRIMES PREVISTOS ART. 1º, II, III E V, DO DECRETO-LEI Nº 201/1967 PELO EX-PREFEITO DE CAMPO MAIOR, DADO O DESACORDO COM AS FORMALIDADE LEGAIS EM TERMO DE FOMENTO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO E A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SÃO LUIZ, O QUAL TEVE COMO OBJETO O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA MANTER EM FUNCIONAMENTO AS CLASSES DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA). 2. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS QUE CONFIRMEM A UTILIZAÇÃO INDEVIDA, SEJA EM PROVEITO PRÓPRIO OU ALHEIO, DOS RECURSOS EM COMENTO, TAMPOUCO A SUA APLICAÇÃO EM INOBSERVÂNCIA DO TERMO DE FOMENTO CELEBRADO, AFASTANDO-SE A HIPÓTESE DE DESVIO. 3. CONQUANTO ESTEJA DEMONSTRADA A PRÁTICA DA CONDUTA TIPIFICADA NO ART. 1º, V, DO DECRETO-LEI Nº 201/1967, RESTA AUSENTE O ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO (DOLO) QUE A QUALIFICARIA, OU SEJA, A VONTADE LIVRE E CONSCIENTE DO INVESTIGADO DE ORDENAR A GERAÇÃO DE DESPESA NÃO AUTORIZADA OU REALIZÁ-LA EM DESACORDO COM AS NORMAS FINANCEIRAS. 4. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO PENAL PÚBLICA. 5. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.4.14 INQUÉRITO CIVIL Nº 40/2019 (SIMP Nº 000156-063/2019). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO MAIOR. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEL IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO (CONTRATO Nº 01.0901/2018) DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA NO GERENCIAMENTO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. RICARDO LÚCIO FREIRE TRIGUEIRO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. IMPROBIDADE DECORRENTE DE CONTRATAÇÃO POR INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO. NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES. 1. APURAÇÃO DE IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, DA EMPRESA FUTUROPREV LTDA. PELO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA NO GERENCIAMENTO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS). 2. A DOCUMENTAÇÃO OBTIDA PELO ÓRGÃO MINISTERIAL NÃO É SUFICIENTEMENTE APTA A DEMONSTRAR A EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PELA EMPRESA INVESTIGADA, MAS APENAS O RECEBIMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO PAGA PELO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR. 3. NA HIPÓTESE, NÃO É POSSÍVEL AVALIAR, SEM MANIFESTAÇÃO DOS INVESTIGADOS, A PRESENÇA DO ELEMENTO SUBJETIVO (DOLO) QUE, EM TESE, CARACTERIZA COMO ÍMPROBA AS CONDUTAS IRREGULARES. 4. NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 5. CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, NÃO HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO E**

CONVERTEU O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.

2.4.15 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000017-172/2019). PROCEDIMENTO FÍSICO. ORIGEM: 24ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: APURAR SUPOSTA POLUIÇÃO SONORA GERADA PELO EMPREENDIMENTO VILA ISABEL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. GIANNY VIEIRA DE CARVALHO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. MEIO AMBIENTE. DANO DECORRENTE DE POLUIÇÃO SONORA. NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES. 1. APURAÇÃO DE POLUIÇÃO SONORA GERADA PELAS ATIVIDADES DO EMPREENDIMENTO VILA ISABEL, NA ZONA LESTE DA CAPITAL. 2. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO FUNDAMENTADA NO EXAURIMENTO DO OBJETO, PORQUANTO AS ATIVIDADES NO LOCAL FORAM ENCERRADAS AINDA EM 2021, DEVIDO AO AGRAVAMENTO DA PANDEMIA. 3. INDÍCIOS DE MERA SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES, AS QUAIS RETORNARAM TAMBÉM NO FIM DO MESMO ANO, CONSOANTES NOTÍCIAS DE PORTAIS LOCAIS. 4. NECESSIDADE DE SE CONFIRMAR AS INFORMAÇÕES E, CASO SEJAM VERDADEIRAS, A CESSAÇÃO DA POLUIÇÃO SONORA VERIFICADA OUTRORA MEDIANTE VISTORIA IN LOCO. 5. NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 6. CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, NÃO HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO E CONVERTEU O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

ATO CONTÍNUO, A PRESIDÊNCIA É PASSADA AO CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DR. LUÍS FRANCISCO RIBEIRO, EM VIRTUDE DO JULGAMENTO DOS PROCESSOS, CUJA RELATORIA É DO CONSELHEIRO DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO, CONSOANTE ART. 8º, §1º, DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

2.5 RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.

2.5.1 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA Nº 19.21.0209.0016883/2022-20. ORIGEM: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA TITULAR SEBASTIÃO JACSON SANTOS BORGES. ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA RESIDIR FORA DA COMARCA. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA RESIDIR FORA DA COMARCA. COMPROVAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS AUTORIZADORES PREVISTOS NO ART. 2º, §3º, INCISOS I, II E III, DA RESOLUÇÃO Nº 26, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2007, DO CNMP, C/C, OS ARTS. 7º E 7-B DA RESOLUÇÃO Nº 01/08/CSMP, DE 04 DE MARÇO DE 2008, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO Nº 02, DE 11 DE MARÇO DE 2010 – CSMP/ PI. DEFERIMENTO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO FORA DA COMARCA DE LOTAÇÃO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, DEFERIU O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA FORA DA COMARCA DE LOTAÇÃO, AO PROMOTOR DE JUSTIÇA SEBASTIÃO JACSON SANTOS BORGES, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.5.2 PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO (SIMP Nº 000370-144/2022). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MIGUEL ALVES-PI. ASSUNTO: APURAR ELEMENTOS RELACIONADOS À ADEQUAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 81/2022 AOS DISPOSITIVOS PREVISTOS, DENTRE OUTROS, NOS ARTS. 5º, XVI, 6º E 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, BEM COMO AOS REQUISITOS DO ATO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: LUANA AZERÊDO ALVES. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – APURAR ELEMENTOS RELACIONADOS À ADEQUAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 81/2022 AOS DISPOSITIVOS PREVISTOS, DENTRE OUTROS, NOS ARTS. 5º, XVI, 6º E 215 DA CONSTITUIÇÃO

FEDERAL, BEM COMO AOS REQUISITOS DO ATO ADMINISTRATIVO. EXPEDIDA RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL A MUNICIPALIDADE A FIM DE QUE PROCEDESSE A ANULAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL N.81/2022 POR AFRONTA AOS DISPOSITIVOS PREVISTOS NOS ARTS. 5º XV, 6º E 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ALÉM DE VÍCIO NOS ELEMENTOS MOTIVO E FORMA, ESPECIALMENTE ANTE A AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. JUNTADA DE DOCUMENTAÇÃO CONFIRMANDO O ACATAMENTO DA MENCIONADA RECOMENDAÇÃO. EXAURIMENTO SUPERVENIENTE DO OBJETO. NÃO SE VISLUMBRARAM FUNDAMENTOS MÍNIMOS QUE JUSTIFIQUEM O PROSSEGUIMENTO DO FEITO, BEM COMO O AJUIZAMENTO DE POSSÍVEL AÇÃO CIVIL PÚBLICA. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.5.3 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000416-237/2019). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES-PI. ASSUNTO: APURAR DENÚNCIA FEITA CONTRA A DELEGACIA DE POLICIA DE SIMPLÍCIO MENDES, QUANTO À AUSÊNCIA DE TOMADA DE PROVIDÊNCIAS EM RELAÇÃO À BOLETIM DE OCORRÊNCIA REGISTRADO PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR DENÚNCIA FEITA CONTRA A DELEGACIA DE POLICIA DE SIMPLÍCIO MENDES, QUANTO À AUSÊNCIA DE TOMADA DE PROVIDÊNCIAS EM RELAÇÃO À BOLETIM DE OCORRÊNCIA REGISTRADO. APÓS REGULAR INSTRUÇÃO DO FEITO, CONSTA-TOU-SE QUE FOI INSTAURADO PROCEDIMENTO TOMBADO SOB O Nº 00021311/2021 PARA INVESTIGAR OS FATOS RELATADOS NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA. EXAURIMENTO SUPERVENIENTE DO OBJETO. NÃO SE VISLUMBRARAM FUNDAMENTOS MÍNIMOS QUE JUSTIFIQUEM O PROSSEGUIMENTO DO FEITO, BEM COMO O AJUIZAMENTO DE POSSÍVEL AÇÃO CIVIL PÚBLICA. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.5.4 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 001818-100/2020). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FLORIANO/PI. ASSUNTO: AVERIGUAR A OCORRÊNCIA DE POSSÍVEL IRREGULARIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE FRANCISCO AYRES, NOTADAMENTE A SUPOSTA EXISTÊNCIA DE SERVIDORES FANTASMAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: GIANNY VIEIRA DE CARVALHO **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL – AVERIGUAR A OCORRÊNCIA DE POSSÍVEL IRREGULARIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE FRANCISCO AYRES, NOTADAMENTE A SUPOSTA EXISTÊNCIA DE SERVIDORES FANTASMAS. O BOJO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS EVIDENCIA NÃO SE COMPROVOU QUE OS SERVIDORES NOTICIADOS RECEBERAM SALÁRIOS SEM A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE FRANCISCO AYRES. NÃO SE VISLUMBRAM FUNDAMENTOS OU JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DO PRESENTE PROCEDIMENTO. EXAURIMENTO SUPERVENIENTE DO OBJETO. DESNECESSIDADE DE NOVAS DILIGÊNCIAS, *EX VI* ART. 9º, CAPUT, DA LEI 7.347/85. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.5.5 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000293-161/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FLORIANO /PI. ASSUNTO: APURAR SE O ATUAL CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ/PI, SR. DAMAZIO ALVES LIMA, NÃO TEM QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA EXERCER A FUNÇÃO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR

DE JUSTIÇA: ADRIANO FONTENELE SANTOS. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** APURAR SE O ATUAL CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ/PI, SR. DAMAZIO ALVES LIMA, NÃO TEM QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA EXERCER A FUNÇÃO. ENCAMINHAMENTO DE INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA MUNICIPALIDADE. JUNTADA DE DOCUMENTAÇÃO CONFIRMANDO QUE O CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ/PI, SR. DAMAZIO ALVES LIMA TEM REALIZADO DIVERSOS CURSOS NA ÁREA DE CONTROLE, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CONTABILIDADE, SE QUALIFICANDO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO, CUMPRINDO, POIS, COM OS REQUISITOS PREVISTOS NA LEI MUNICIPAL Nº 74/2004 E INSTRUÇÃO NORMATIVA 05/2017 DO TCE. EXAURIMENTO SUPERVENIENTE DO OBJETO. NÃO SE VISLUMBRAM FUNDAMENTOS OU JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DO PRESENTE PROCEDIMENTO. DESNECESSIDADE DE NOVAS DILIGÊNCIAS, EX VI ART. 9º, CAPUT, DA LEI 7.347/85. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.5.6 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000352-221/2019). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MONSENHOR GIL-PI. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES OCORRIDAS DURANTE A TRANSIÇÃO DOS MANDATOS DO EX-PREFEITO DE MONSENHOR GIL/PI, SR. FRANCISCO PESSOA DA SILVA, E DO ATUAL GESTOR MUNICIPAL, SR. JOÃO LUIZ CARVALHO DA SILVA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: RAFAEL MAIA NOGUEIRA. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL –APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES OCORRIDAS DURANTE A TRANSIÇÃO DOS MANDATOS DO EX-PREFEITO DE MONSENHOR GIL/PI, SR. FRANCISCO PESSOA DA SILVA, E DO ATUAL GESTOR MUNICIPAL, SR. JOÃO LUIZ CARVALHO DA SILVA. JUNTADA DE RECOMENDAÇÃO AO PREFEITO DE MONSENHOR GIL, FRANCISCO PESSOA E O PREFEITO ELEITO, JOÃO LUIZ CARVALHO DA SILVA, A FIM DE QUE EVITASSEM A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO DE GOVERNO. O BOJO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS EVIDENCIA QUE NÃO HÁ NOTÍCIA DE OUTRAS IRREGULARIDADES APURADAS PELA EQUIPE DE TRANSIÇÃO, ALÉM DAS QUE CONTEMPLARAM O OBJETO DA SOBREDITA AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. EXAURIMENTO DO OBJETO. NÃO VISLUMBRADOS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO MÍNIMOS QUE JUSTIFIQUEM O PROSSEGUIMENTO DO PRESENTE PROCEDIMENTO. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.5.7 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000509-164/2020). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BATALHA-PI. ASSUNTO: APURAR IRREGULARIDADE QUANTO À LOTAÇÃO DEFINITIVA DE SERVIDORES EFETIVOS NO MUNICÍPIO DE BATALHA-PI. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: LIA RAQUEL PRADO BURGOS RIBEIRO MARTINS. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL - APURAR IRREGULARIDADE QUANTO À LOTAÇÃO DEFINITIVA DE SERVIDORES EFETIVOS NO MUNICÍPIO DE BATALHA-PI. REMESSA DE EXPEDIENTES A MUNICIPALIDADE REQUISITANDO INFORMAÇÕES ACERCA DO OBJETO EM TELA. ACOSTAMENTO DE INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA MUNICIPALIDADE. JUNTADA DE INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE BATALHA ADUZINDO QUE AS IRREGULARIDADES QUANTO À LOTAÇÃO DEFINITIVA DE SERVIDORES EFETIVOS NO MUNICÍPIO DE BATALHA-PI PERDEU SEU OBJETO, EM RAZÃO DO PRAZO ENTRE O INDÍCIO DA IRREGULARIDADE E O PEDIDO DE APURAÇÃO POR PARTE DO MPE-PI. APÓS REGULAR INSTRUÇÃO, CONSTATOU-SE QUE A LOTAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MAGISTÉRIO DE BATALHA SÃO REALIZADAS SEMPRE NO INÍCIO DE CADA ANO. NÃO VISLUMBRADOS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO

MÍNIMOS QUE JUSTIFIQUEM O PROSSEGUIMENTO DO PRESENTE PROCEDIMENTO. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.5.8 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000621-161/2020). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ESPERANTINA /PI. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEL CUMULAÇÃO ILEGAL DE CARGOS PELO SR. FERNANDO RODRIGUES DE SOUSA, ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2016. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: ADRIANO FONTENELE SANTOS. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEL CUMULAÇÃO ILEGAL DE CARGOS PELO SR. FERNANDO RODRIGUES DE SOUSA, ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2016 JUNTADA DE CÓPIAS DO LIVRO DE PONTO REFERENTE AOS EXERCÍCIOS 2014 E 2015 RELATIVOS À FUNÇÃO DE PROFESSOR, TERMO DE POSSE DE FERNANDO RODRIGUES DE SOUSA, HISTÓRICO DO SERVIDOR E FOLHA DE PONTO/CONTROLE DE FREQUÊNCIA. JUNTADA DE PARECER DO CACOP SUGERINDO O ARQUIVAMENTO DO PRESENTE INQUÉRITO CIVIL, EM RAZÃO DA CESSAÇÃO DO ESTADO DE ILEGALIDADE EM 30/12/201. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER INDICATIVO DE QUE O INVESTIGADO TENHA PERCEBIDO REMUNERAÇÃO SEM A CONTRAPRESTAÇÃO LABORAL, NÃO É POSSÍVEL CONCLUIR QUE HOVE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA OU DANO AO ERÁRIO, EM FACE DE ATO ÍMPROBO. NÃO VISLUMBRADOS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO MÍNIMOS QUE JUSTIFIQUEM O PROSSEGUIMENTO DO PRESENTE PROCEDIMENTO. DESNECESSIDADE DE NOVAS DILIGÊNCIAS, EX VI ART. 9º, CAPUT, DA LEI 7.347/85. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.5.9 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000052-003/2017). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 31ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA/PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTA PRÁTICA ABUSIVA, QUAL SEJA, CLÁUSULA DE EXCLUSÃO DE COBERTURA DOS DANOS CAUSADOS A FAMILIARES E/OU DEPENDENTES DO SEGURADO, CONSTANTE NAS CONDIÇÕES GERAIS DA APÓLICE PADRÃO DE SEGURO DE VEÍCULO DA EMPRESA PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS S.A. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: GLADYS GOMES MARTINS DE SOUSA. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR SUPOSTA PRÁTICA ABUSIVA, QUAL SEJA, CLÁUSULA DE EXCLUSÃO DE COBERTURA DOS DANOS CAUSADOS A FAMILIARES E/OU DEPENDENTES DO SEGURADO, CONSTANTE NAS CONDIÇÕES GERAIS DA APÓLICE PADRÃO DE SEGURO DE VEÍCULO DA EMPRESA PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS S.A. ACOSTAMENTO DE MANIFESTAÇÃO APRESENTADA PELA EMPRESA PORTO SEGURO CIA, CONFIRMANDO QUE A CLÁUSULA EXCLUDENTE DE COBERTURA DE RISCOS DECORRENTES DE DANOS CAUSADOS POR FAMILIARES DO SEGURADO DECORRE LOGICAMENTE DA PRÓPRIA NATUREZA DO SEGURO, SE COADUNA COM AS DISPOSIÇÕES PERTINENTES DO CÓDIGO CIVIL E DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. O BOJO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS EVIDENCIA QUE NÃO HÁ IRREGULARIDADES. NÃO SE VISLUMBRAM FUNDAMENTOS OU JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DO PRESENTE PROCEDIMENTO. DESNECESSIDADE DE NOVAS DILIGÊNCIAS, EX VI ART. 9º, CAPUT, DA LEI 7.347/85. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.5.10 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000275-221/2020). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MONSENHOR GIL-PI. ASSUNTO: APURAÇÃO DE SUPOSTAS

IRREGULARIDADES PRATICADAS PELO PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL LEÃO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: RAFAEL MAIA NOGUEIRA. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL – APURAÇÃO DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES PRATICADAS PELO PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL LEÃO. JUNTADA DE INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL LEÃO ACERCA DAS IRREGULARIDADES APONTADAS PELA AUTORA DA REPRESENTAÇÃO, CARREANDO VASTA DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES QUE DIVERGEM DAS ASSERÇÕES DELINEADAS PELA REPRESENTANTE. O BOJO FÁTICO PROBATÓRIO EVIDENCIA QUE OS ELEMENTOS REUNIDOS AOS AUTOS NÃO SÃO SUSCETÍVEIS DE AFASTAR A PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE E VERACIDADE DE QUE GOZAM OS ATOS ADMINISTRATIVOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES. NÃO SE VISLUMBRAM FUNDAMENTOS MÍNIMOS QUE JUSTIFIQUEM O PROSSEGUIMENTO DESTES FEITOS, BEM COMO O AJUIZAMENTO DE POSSÍVEL AÇÃO CIVIL PÚBLICA, EM CONSONÂNCIA COM O ART. 9º, CAPUT, DA LEI 7.347/85. **HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.5.11 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000160-088/2015). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS/PI. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES SEM CONCURSO PÚBLICO, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO PIAUÍ/PI. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: MICHELINE RAMALHO SEREJO DA SILVA. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES SEM CONCURSO PÚBLICO, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO PIAUÍ/PI. ACOSTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO CONFIRMANDO QUE A ALUDIDA SERVIDORA ENCONTRA-SE APOSENTADA DESDE O ANO DE 2015, BEM COMO REGISTRAVA O PONTO DURANTE O SEU PERÍODO LABORAL. NO QUE CONCERNE AOS POSSÍVEIS ATOS DE IMPROBIDADE INVESTIGADOS, O ÓRGÃO MINISTERIAL DE BASE DESTACOU, EM DECISÃO DE ARQUIVAMENTO, QUE NÃO FORAM OBTIDAS PROVAS QUE CORROBORASSEM COM OS INDÍCIOS QUE LEVARAM À INSTAURAÇÃO DO PRESENTE FEITO. INEXISTÊNCIA DE INDÍCIO DE DANO AO ERÁRIO, VISTO QUE OS DOCUMENTOS ANEXOS COMPROVAM A EFETIVA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. NÃO VISLUMBRADOS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO MÍNIMOS QUE JUSTIFIQUEM O PROSSEGUIMENTO DO PRESENTE PROCEDIMENTO. **HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.5.12 PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO (SIMP Nº 000123-059/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOSÉ DE FREITAS-PI. ASSUNTO: APURAR EVENTUAL DIRECIONAMENTO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE JOSÉ DE FREITAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: FLÁVIO TEIXEIRA DE ABREU JÚNIOR. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL DIRECIONAMENTO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE JOSÉ DE FREITAS. ACOSTAMENTO DE INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA MUNICIPALIDADE. JUNTADA DE INFORMAÇÕES ATESTANDO QUE O NOTICIANTE NÃO COMPROVOU O CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS PARA PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. O BOJO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS EVIDENCIA QUE NÃO HÁ NENHUMA IRREGULARIDADE. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS APTOS A PROPOSITURA DE EVENTUAL AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA OU AÇÃO CIVIL PÚBLICA. NÃO VISLUMBRADOS ELEMENTOS QUE JUSTIFIQUEM O PROSSEGUIMENTO DO FEITO. **HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE,**

HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.

2.5.13 PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO (SIMP Nº 000141-344/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 34ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA-PI. ASSUNTO: APURAR AUSÊNCIA DE VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19 DE ALUNOS DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ QUE ESTÃO CURSANDO O INTERNATO, FATO QUE SUPOSTAMENTE PROVOCOU A MORTE DE ALUNO DA ALUDIDA INSTITUIÇÃO DE ENSINO, QUE CONTRAIU CORONAVÍRUS DURANTE AS ATIVIDADES DE ESTÁGIO DO CURSO E DESENVOLVEU A FORMA GRAVE DA DOENÇA POR NÃO ESTAR IMUNIZADO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: EDILSON FARIAS. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - APURAR AUSÊNCIA DE VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19 DE ALUNOS DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ QUE ESTÃO CURSANDO O INTERNATO, FATO QUE SUPOSTAMENTE PROVOCOU A MORTE DE ALUNO DA ALUDIDA INSTITUIÇÃO DE ENSINO, QUE CONTRAIU CORONAVÍRUS DURANTE AS ATIVIDADES DE ESTÁGIO DO CURSO E DESENVOLVEU A FORMA GRAVE DA DOENÇA POR NÃO ESTAR IMUNIZADO. JUNTADA DE INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA UESPI INFORMANDO QUE EMPREENDEU TODOS OS ESFORÇOS QUE ESTAVAM A SUA ALÇADA PARA EFETIVAREM A VACINAÇÃO URGENTE DE DISCENTES E DOCENTES PERTENCENTES A GRUPOS PRIORITÁRIOS. ELUCIDAÇÃO DOS FATOS, SEM CONFIRMAÇÃO DOS INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE. AUSÊNCIA DE SUBSÍDIOS QUE CONFIRMEM POSSÍVEL IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.5.14 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000055-107/2019). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS-PI. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES PRATICADAS PELA PREFEITURA DE OEIRAS RELATIVA À AUSÊNCIA DE MÉDICO VETERINÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO AO PROFISSIONAL FELIPE NUNES BARROS, SUPOSTAMENTE EM LICENÇA DE SUAS ATIVIDADES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, BEM COMO RELATIVO AO DESCUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS, POR AUSÊNCIA DE ATO CONCESSIVO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS AO MÉDICO VETERINÁRIO FELIPE NUNES BARROS DA PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO OFICIAL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: JOÃO BATISTA DE CASTRO FILHO. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES PRATICADAS PELA PREFEITURA DE OEIRAS RELATIVA À AUSÊNCIA DE MÉDICO VETERINÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO AO PROFISSIONAL FELIPE NUNES BARROS, SUPOSTAMENTE EM LICENÇA DE SUAS ATIVIDADES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, BEM COMO RELATIVO AO DESCUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS, POR AUSÊNCIA DE ATO CONCESSIVO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS AO MÉDICO VETERINÁRIO FELIPE NUNES BARROS DA PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO OFICIAL. ACOSTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO CONFIRMANDO QUE A MUNICIPALIDADE REALIZOU A DEVIDA PUBLICAÇÃO DO ATO CONCESSIVO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS AO MÉDICO VETERINÁRIO FELIPE NUNES BARROS, NÃO HAVENDO, COM ISSO, O DESCUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. O BOJO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS EVIDENCIA QUE NÃO HÁ ELEMENTOS PROBATÓRIOS QUE DEMONSTREM A JUSTA CAUSA DEVIDA E EVIDENCIE A OCORRÊNCIA DOS ATOS ÍMPROBOS. INCIDÊNCIA DA ORIENTAÇÃO DA SÚMULA CSMP Nº 07, QUE AUTORIZA O ENCERRAMENTO DA INVESTIGAÇÃO QUANDO O SEU OBJETO É A APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES MERAMENTE FORMAIS QUE NÃO CONFIGUREM

IMPROBIDADE. NÃO VISLUMBRADOS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO MÍNIMOS QUE JUSTIFIQUEM O PROSSEGUIMENTO DO PRESENTE PROCEDIMENTO. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.5.15 PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL SIMP Nº 000648-308/2020. PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO MAIOR-PI. ASSUNTO: APURAR A OCORRÊNCIA DE PRÁTICA DE CRIMES PREVISTOS NOS INCISOS II, III E V DO ART. 1º DO DECRETO LEI Nº 201/67 NA ASSINATURA DO TERMO DE FOMENTO Nº 012/2016, CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR, REPRESENTADO PELO ENTÃO PREFEITO PAULO CÉSAR DE SOUSA MARTINS, E A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO RESIDENCIAL RENASCER II. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: ADRIANO FONTENELE SANTOS. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL – APURAR OCORRÊNCIA DE PRÁTICA DE CRIMES PREVISTOS NOS INCISOS II, III E V DO ART. 1º DO DECRETO LEI Nº 201/67 NA ASSINATURA DO TERMO DE FOMENTO Nº 012/2016, CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR, REPRESENTADO PELO ENTÃO PREFEITO PAULO CÉSAR DE SOUSA MARTINS, E A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO RESIDENCIAL RENASCER II. APÓS REGULAR INSTRUÇÃO DO FEITO, CONSTATOU-SE, QUE NÃO HÁ ELEMENTOS PALPÁVEIS QUE DENOTEM TER HAVIDO A PRÁTICA DAS CONDUTAS TIPIFICADAS NO ART. 1º DA LEI Nº 201/67. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTOS APTOS PARA O INÍCIO DE JUSTA CAUSA A DEFLAGRAR O AJUIZAMENTO DE AÇÃO PENAL RESPECTIVA, ESWAINDO-SE, PORTANTO, RAZÃO PARA O PROSSEGUIMENTO DESTE FEITO. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.5.16 PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL SIMP Nº 000017-216/2020. PROCEDIMENTO FÍSICO. ORIGEM: GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – GAECO. ASSUNTO: APURAR SUPOSTA EXISTÊNCIA DE CRIMES DE FRAUDES EM LICITAÇÕES PRATICADOS NO MUNICÍPIO DE NAZARÉ DO PIAUÍ – PI. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: LEONARDO FONSECA RODRIGUES. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL – APURAR SUPOSTA EXISTÊNCIA DE CRIMES DE FRAUDES EM LICITAÇÕES PRATICADOS NO MUNICÍPIO DE NAZARÉ DO PIAUÍ – PI. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE APONTEM ALGUM FATO SUPOSTAMENTE CRIMINOSO, OU MESMO DECORRENTE DA AÇÃO DE ALGUMA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA QUE ENSEJE E JUSTIFIQUE A ATUAÇÃO DO GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTOS APTOS PARA O INÍCIO DE JUSTA CAUSA A DEFLAGRAR O AJUIZAMENTO DE AÇÃO PENAL RESPECTIVA, ESWAINDO-SE, PORTANTO, RAZÃO PARA O PROSSEGUIMENTO DESTE FEITO. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 3. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.5.17 PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO (SIMP Nº 000005-144/2020). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MIGUEL ALVES-PI. ASSUNTO: APURAR IRREGULARIDADES NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PELA EMPRESA EQUATORIAL NA RUA CLARO HONÓRIO, BELA VISTA, NESTA CIDADE. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: LUANA AZERÊDO ALVES. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** PROCEDIMENTO

PREPARATÓRIO – APURAR IRREGULARIDADES NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PELA EMPRESA EQUATORIAL NO MUNICÍPIO DE MIGUEL ALVES. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO FUNDAMENTADA NA JUDICIALIZAÇÃO DO OBJETO INVESTIGADO. DESPICIENDA A REMESSA DOS AUTOS DE INQUÉRITO CIVIL OU DO PROCEDIMENTO INVESTIGATIVO PRELIMINAR AO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, QUANDO TAIS PROCEDIMENTOS ENSEJAREM O AJUIZAMENTO DE AÇÃO JUDICIAL, DEVENDO O MEMBRO COMUNICAR POR OFÍCIO A ESTE ÓRGÃO COLEGIADO, INSTRUÍDO COM DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS MATÉRIA JUDICIALIZADA – APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 03 DO CSMP. NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. RECEBIMENTO DA DECISÃO COMO COMUNICAÇÃO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, NÃO HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO E RECEBEU A DECISÃO COMO COMUNICAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.5.18 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 001195-361/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS/PI. ASSUNTO: VERIFICAR A REGULARIDADE DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS REALIZADOS PELO MUNICÍPIO DE SANTANA DO PIAUÍ QUE RESULTARAM NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA INNOVA PLANEJAMENTO, ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA E EMPRESARIAL (CNPJ Nº 24.551.486/0001-14) DO ANO DE 2017 A 2021. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: MICHELINE RAMALHO SEREJO DA SILVA. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL – VERIFICAR A REGULARIDADE DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS REALIZADOS PELO MUNICÍPIO DE SANTANA DO PIAUÍ QUE RESULTARAM NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA INNOVA PLANEJAMENTO, ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA E EMPRESARIAL (CNPJ Nº 24.551.486/0001-14) DO ANO DE 2017 A 2021. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, EM RAZÃO DA EXISTÊNCIA DO PROCEDIMENTO MAIS AMPLO EM CURSO Nº 001197.361.2021, TRAMITANDO DA 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS CUJO MOTE É INVESTIGAR A REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO DAS EMPRESAS INNOVA (CNPJ Nº 24.55.486/0001-14) E NERAR ENGENHARIA (CNPJ Nº 24.322.085/0001-73). REMESSA DOS AUTOS À PROMOTORIA DE ORIGEM, A FIM DE SEREM APENSADOS AO PROCEDIMENTO DE OBJETO MAIS AMPLO, ESPECIALMENTE, CONSIDERANDO QUE A INVESTIGAÇÃO ENCONTRA-SE MAIS AVANÇADA E ABRANGENTE, PODENDO SERVIR, INCLUSIVE, DE SUBSÍDIO PARA TAL INVESTIGAÇÃO, DEVENDO OS PROCEDIMENTOS SEREM REUNIDOS PARA TRAMITAÇÃO E RESOLUÇÃO CONJUNTA. NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, NÃO HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO E DETERMINOU A REUNIÃO DOS PROCEDIMENTOS PARA TRAMITAÇÃO E RESOLUÇÃO CONJUNTA, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.5.19 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000496-237/2018). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES-PI. ASSUNTO: INVESTIGAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS GESTORAS DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CANINDÉ, NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2006. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL – INVESTIGAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS GESTORAS DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CANINDÉ, NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2006. PRESCRIÇÃO DE EVENTUAL IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, *EX VI* DO ART. 23 DA LEI 8.429/92. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS DE CONVICÇÃO QUE DEMONSTREM EVENTUAL DANO AO ERÁRIO E JUSTIFIQUEM O PROSSEGUIMENTO DO PRESENTE FEITO. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

2.5.20 NOTÍCIA DE FATO SIMP: 000211-161/2022. PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ESPERANTINA-PI ASSUNTO: APURAR O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E METAS ESTIPULADAS PARA CUMPRIMENTO ATÉ 2024, NOTADAMENTE META 06, QUE TRATA DO OFERECIMENTO DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL A PELO MENOS 25% DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA. RECURSO CONTRA A DECISÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: ADRIANO FONTENELE SANTOS. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** NOTÍCIA DE FATO – RECURSO AO ARQUIVAMENTO – APURAR O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E METAS ESTIPULADAS PARA CUMPRIMENTO ATÉ 2024, NOTADAMENTE META 06, QUE TRATA DO OFERECIMENTO DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL A PELO MENOS 25% DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, SOB FUNDAMENTO DE QUE NÃO HÁ, NO PRESENTE MOMENTO, A CONSTATAÇÃO DE QUAISQUER IRREGULARIDADES QUE POSSUAM O CONDÃO PARA O INÍCIO DE UMA INVESTIGAÇÃO. RECURSO AO ARQUIVAMENTO INTERPOSTO PELO NOTICIANTE, ANTE SUA IRRESIGNAÇÃO QUANTO A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. INSURGÊNCIAS RECURSAIS NÃO APTAS A DEMONSTRAR, MINIMAMENTE, O INÍCIO DE JUSTA CAUSA A DEFLAGRAR UMA INVESTIGAÇÃO MAIS APROFUNDADA. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS QUE CONFIRMEM QUE A MUNICIPALIDADE ESTEJA DESCUMPRINDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE. ADEMAIS, O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONCEDE AOS MUNICÍPIOS ATÉ DEZEMBRO DE 2024 PARA CUMPRIMENTO DE METAS NELE ESTABELECIDAS. CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO DA PRESENTE PRETENSÃO RECURSAL. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, CONHECEU DO RECURSO E, NO MÉRITO, NEGOU-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 15.07.2022, NA 1361ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CSMP-PI.**

A PRESIDÊNCIA RETORNA AO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA EM EXERCÍCIO, DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.

3. PARA CONHECIMENTO E DELIBERAÇÕES

3.1 OFÍCIO ENCAMINHADO PELA CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

3.1.1 SEI Nº 19.21.0017.0019058/2022-47. Origem: Corregedoria Geral do Ministério Público. Assunto: Relatórios Conclusivos das Correições Ordinárias realizadas na 3ª e 4ª Promotoria de Justiça de Floriano e na 38ª Promotoria de Justiça de Teresina.

3.2 COMUNICAÇÕES VIA SEI

3.2.1 SEI Nº 19.21.0167.0017896/2022-71. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: conversão da Notícia de Fato nº 28/2022 no Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 30/2022.

3.2.2 SEI Nº 19.21.0340.0017898/2022-41. Origem: Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial – GACEP. Assunto: instauração do Inquérito Civil Integrado nº 10/2022 (SIMP 000072-225/2022).

3.2.3 SEI Nº 19.21.0213.0017907/2022-54. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato nº 16/2022 (SIMP 000039-096/2022).

3.2.4 SEI Nº 19.21.0144.0017919/2022-86. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Inhuma. Assunto: arquivamento do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 07/2021 (SIMP 000747-230/2019).

3.2.5 SEI Nº 19.21.0705.0017917/2022-67. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Piri-piri. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 20/2022 (SIMP 000671-368/2022).

3.2.6 SEI Nº 19.21.0101.0017924/2022-14. Origem: 25ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo SIMP 000015-113/2020.

3.2.7 SEI Nº 19.21.0707.0017925/2022-15. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Oeiras. Assunto: conversão do Procedimento Preparatório no Inquérito Civil nº 17/2022 (SIMP 000012-107/2022).

3.2.8 SEI Nº 19.21.0348.0017938/2022-05. Origem: Promotoria de Justiça de Marcos Parente. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo nº 24/2022.

3.2.9 SEI Nº 19.21.0298.0017939/2022-49. Origem: Promotoria de Justiça de Barro Duro. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato SIMP 000207-325/2022.

3.2.10 SEI Nº 19.21.0707.0017943/2022-14. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Oeiras. Assunto: prorrogação de prazo do Inquérito Civil nº 64/2018 (SIMP 000042-107/2018).

3.2.11 SEI Nº 19.21.0706.0017941/2022-83. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato SIMP 001505-369/2021.

3.2.12 SEI Nº 19.21.0707.0017945/2022-57. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Oeiras. Assunto: prorrogação de prazo do Inquérito Civil nº 68/2018 (SIMP 000674-105/2018).

3.2.13 SEI Nº 19.21.0149.0017954/2022-36. Origem: Promotoria de Justiça de Batalha. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo para TAC nº 36/2022 (SIMP 000303-164/2022).

3.2.14 SEI Nº 19.21.0733.0017951/2022-87. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo SIMP 001546-434/2021.

3.2.15 SEI Nº 19.21.0706.0017974/2022-65. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: conversão da Notícia de Fato SIMP 000964-369/2021 em Procedimento Preparatório.

3.2.16 SEI Nº 19.21.0736.0017975/2022-73. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Floriano. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo SIMP 000115-101/2021.

3.2.17 SEI Nº 19.21.0167.0017980/2022-34. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: prorrogação de prazo da Notícia de Fato nº 57/2022 (SIMP 000020-030/2022).

3.2.18 SEI Nº 19.21.0348.0017982/2022-78. Origem: Promotoria de Justiça de Marcos Parente. Assunto: instauração do Inquérito Civil nº 11/2021 (SIMP 000590-319/2021).

3.2.19 SEI Nº 19.21.0345.0017989/2022-31. Origem: 56ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo SIMP 000213-214/2018.

3.2.20 SEI Nº 19.21.0149.0018003/2022-71. Origem: Promotoria de Justiça de Batalha. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 30/2020 (SIMP 000014-164/2020).

3.2.21 SEI Nº 19.21.0118.0018020/2022-77. Origem: 49ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 10/2022 (SIMP 000048-034/2022).

3.2.22 SEI Nº 19.21.0700.0018040/2022-22. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 025/2020 (SIMP 000022-088/2021).

3.2.23 SEI Nº 19.21.0700.0018041/2022-92. Origem: 7ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: prorrogação de prazo do Procedimento Administrativo SIMP 000370-088/2019.

3.2.24 SEI Nº 19.21.0115.0018042/2022-13. Origem: Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: arquivamento do Inquérito Civil SIMP 000255-189/2017.

3.2.25 SEI Nº 19.21.0118.0018017/2022-61. Origem: 49ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento do Inquérito Civil nº 17/2019 (SIMP 000098-034/2019).

3.2.26 SEI Nº 19.21.0176.0018045/2022-84. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato. Assunto: prorrogação de prazo do Inquérito Civil nº 57/2018 (SIMP 000523-096/2016).

3.2.27 SEI Nº 19.21.0115.0018050/2022-88. Origem: Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: prorrogação de prazo do Inquérito Civil SIMP 000002-189/2017.

3.2.28 SEI Nº 19.21.0700.0018053/2022-59. Origem: 7ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo SIMP 000220-361/2022.

3.2.29 SEI Nº 19.21.0167.0018052/2022-30. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: instauração da Notícia de Fato nº 68/2022 (SIMP 001027-426/2022).

3.2.30 SEI Nº 19.21.0115.0018057/2022-93. Origem: Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: prorrogação de prazo do Procedimento Administrativo SIMP 000016-189/2019.

3.2.31 SEI Nº 19.21.0123.0018073/2022-26. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Pedro II. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 44/2021 (SIMP 000315-182/2021).

3.2.32 SEI Nº 19.21.0706.0018082/2022-59. Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato SIMP 004029-369/2021.

3.2.33 SEI Nº 19.21.0736.0018085/2022-13. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Floriano. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo SIMP 000179-101/2020.

3.2.34 SEI Nº 19.21.0167.0018088/2022-28. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato nº 56/2022 (SIMP 000019-030/2022).

3.2.35 SEI Nº 19.21.0171.0018092/2022-54. Origem: Promotoria de Justiça de Monsenhor Gil. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo SIMP 000131-221/2021.

3.2.36 SEI Nº 19.21.0115.0018108/2022-74. Origem: Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: prorrogação de prazo do Inquérito Civil SIMP 000302-189/2016.

3.2.37 SEI Nº 19.21.0700.0018113/2022-88. Origem: 7ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: prorrogação de prazo do Procedimento Administrativo SIMP 001550-361/2019.

3.2.38 SEI Nº 19.21.0254.0018118/2022-47. Origem: Promotoria de Justiça de Demerval Lobão. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo nº 12/2022 (SIMP 000333-150/2022).

3.2.39 SEI Nº 19.21.0706.0018129/2022-51. Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato SIMP 002265-369/2020.

3.2.40 SEI Nº 19.21.0706.0018132/2022-67. Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato SIMP 000024-426/2021.

3.2.41 SEI Nº 19.21.0706.0018137/2022-29. Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato SIMP 000812-369/2022.

3.2.42 SEI Nº 19.21.0700.0018146/2022-70. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 18/2021 (SIMP 000015-088/2021).

3.2.43 SEI Nº 19.21.0340.0018131/2022-55. Origem: Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial – GACEP. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo de Auxílio nº 11/2022 (SIMP 000113-225/2022).

3.2.44 SEI Nº 19.21.0310.0018155/2022-51. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Uruçuí. Assunto: prorrogação de prazo do Inquérito Civil nº 03/2021 (SIMP 000313-206/2020).

3.2.45 SEI Nº 19.21.0733.0018156/2022-81. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo (PAAPI) SIMP 001540-434/2021.

3.2.46 SEI Nº 19.21.0348.0018159/2022-52. Origem: Promotoria de Justiça de Marcos Parente-PI. Assunto: prorrogação de prazo do Inquérito Civil nº 01/2018 (SIMP 000022-319/2018).

3.2.47 SEI Nº 19.21.0262.0018162/2022-97. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Esperantina. Assunto: conversão do Procedimento Preparatório nº 32/2021 em Inquérito Civil SIMP 000619-161/2021).

3.2.48 SEI Nº 19.21.0108.0018167/2022-41. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Piracuruca. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato nº 51/2021 (SIMP 000580-174/2021).

3.2.49 SEI Nº 19.21.0108.0018188/2022-56. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Piracuruca. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato nº 13/2022 (SIMP 000082-174/2022).

3.2.50 SEI Nº 19.21.0733.0018192/2022-79. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo (PAAPI) SIMP 001542-434/2021.

3.2.51 SEI Nº 19.21.0700.0018202/2022-13. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 036/2019 (SIMP 000391-088/2019).

3.2.52 SEI Nº 19.21.0108.0018200/2022-23. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Piracuruca. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 001/2022 (SIMP 000010-174/2022).

3.2.53 SEI Nº 19.21.0108.0018207/2022-28. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Piracuruca. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 015/2021 (SIMP 000168-174/2021).

3.2.54 SEI Nº 19.21.0108.0018216/2022-76. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Piracuruca. Assunto: arquivamento do Procedimento Preparatório nº 004/2022 (SIMP 000066-174/2022).

3.2.55 SEI Nº 19.21.0090.0018212/2022-66. Origem: 28ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: conversão da Notícia de Fato SIMP 000109-426/2021 em Procedimento Preparatório.

3.2.56 SEI Nº 19.21.0167.0018215/2022-91. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: instauração da Notícia de Fato nº 069/2022 (SIMP 001029-426/2022).

3.2.57 SEI Nº 19.21.0115.0018220/2022-57. Origem: Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo SIMP 000118-189/2019.

3.2.58 SEI Nº 19.21.0262.0018229/2022-34. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Esperantina. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 43/2021 (SIMP 000522-161/2021).

3.2.59 SEI Nº 19.21.0214.0018226/2022-59. Origem: Promotoria de Justiça de Padre Marcos-PI. Assunto: conversão da Notícia de Fato em Inquérito Civil nº 04/2022 (SIMP 000019-292/2022).

3.2.60 SEI Nº 19.21.0108.0018238/2022-64. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Piracuruca. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo nº 20/2022 (SIMP 000122-174/2022).

3.2.61 SEI Nº 19.21.0208.0018241/2022-35. Origem: 33ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: prorrogação de prazo do Inquérito Civil SIMP 000020-029/2019.

3.2.62 SEI Nº 19.21.0115.0011263/2022-07. Origem: Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: arquivamento do Inquérito Civil SIMP 000093-189/2016.

3.2.63 SEI Nº 19.21.0208.0018249/2022-13. Origem: 33ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: prorrogação de prazo do Inquérito Civil SIMP 000128-029/2018.

3.2.64 SEI Nº 19.21.0115.0018252/2022-66. Origem: Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo SIMP 000140-189/2015.

3.2.65 SEI Nº 19.21.0108.0018253/2022-47. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Piracuruca. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo nº 21/2022 (SIMP 000208-174/2022).

3.2.66 SEI Nº 19.21.0700.0018230/2022-33. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: instauração do Procedimento Preparatório SIMP 000119-361/2022.

3.2.67 SEI Nº 19.21.0729.0018260/2022-49. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Campo Maior. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato SIMP 000010-060/2022.

3.2.68 SEI Nº 19.21.0151.0018268/2022-64. Origem: 8ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento das Notícias de Fato: NF SIMP 000068-228/2022, NF SIMP 000031-228/2022, NF SIMP 000140-426/2022, NF SIMP 000573-426/2022, NF SIMP 000442-426/2022, NF SIMP 000694-426/2022.

3.2.69 SEI Nº 19.21.0706.0018266/2022-38. Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato SIMP 001487-369/2021.

3.2.70 SEI Nº 19.21.0705.0018275/2022-04. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Piriapiri. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 40/2021 (SIMP 001709-368/2021).

3.2.71 SEI Nº 19.21.0108.0018276/2022-08. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Piriapiri. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo nº 19/2022.

3.2.72 SEI Nº 19.21.0115.0018270/2022-65. Origem: Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: arquivamento do Inquérito Civil SIMP 000108-189/2015.

3.2.73 SEI Nº 19.21.0323.0018290/2022-91. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Piracuruca. Assunto: instauração do Procedimento Investigatório Criminal nº 01/2022 (SIMP 000210-173/2022).

3.2.74 SEI Nº 19.21.0115.0018293/2022-26. Origem: Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: arquivamento do Inquérito Civil SIMP 000108-189/2016.

3.2.75 SEI Nº 19.21.0115.0018295/2022-69. Origem: Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 003/2018 (SIMP 000228-188/2018).

3.2.76 SEI Nº 19.21.0115.0018299/2022-58. Origem: Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: arquivamento do Inquérito Civil nº 003/2013 (SIMP 000220-189/2017).

3.2.77 SEI Nº 19.21.0115.0018300/2022-31. Origem: Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 022/2014 (SIMP 000256-189/2018).

3.2.78 SEI Nº 19.21.0115.0018302/2022-74. Origem: Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: arquivamento do Inquérito Civil SIMP 000270-189/2018.

3.2.79 SEI Nº 19.21.0340.0018326/2022-28. Origem: Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial – GACEP. Assunto: instauração do Inquérito Civil Público Integrado nº 13/2022 (SIMP 000148-255/2022).

3.2.80 SEI Nº 19.21.0706.0018139/2022-72. Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato SIMP 000011-372/2022.

3.2.81 SEI Nº 19.21.0310.0018337/2022-84. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Uruçuí. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 59/2020 (SIMP 000432-206/2020).

3.2.82 SEI Nº 19.21.0310.0018341/2022-73. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Uruçuí. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 06/2022 (SIMP 000062-206/2022).

3.2.83 SEI Nº 19.21.0208.0018346/2022-13. Origem: 33ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: prorrogação de prazo do Inquérito Civil SIMP 000186-029/2017.

3.2.84 SEI Nº 19.21.0108.0018347/2022-31. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Piracuruca. Assunto: instauração do Inquérito Civil nº 009/2021.

3.2.85 SEI Nº 19.21.0204.0018348/2022-19. Origem: 31ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: prorrogação de prazo dos Procedimentos Administrativos: PA nº 30/2018 (SIMP 000073-003/2018) e PA nº 05/2021 (SIMP 000038-003/2021).

3.2.86 SEI Nº 19.21.0262.0018359/2022-16. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Esperantina. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 19/2022 (SIMP 001118-161/2021).

3.2.87 SEI Nº 19.21.0262.0018377/2022-15. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Esperantina. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo nº 29/2022.

3.2.88 SEI Nº 19.21.0700.0018376/2022-68. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: instauração do Inquérito Civil SIMP 003993-361/2021.

3.2.89 SEI Nº 19.21.0115.0018379/2022-32. Origem: Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: prorrogação de prazo do Inquérito Civil SIMP 000169-189/2016.

3.2.90 SEI Nº 19.21.0700.0018382/2022-03. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 17/2022 (SIMP 000509-426/2022).

3.2.91 SEI Nº 19.21.0340.0018384/2022-14. Origem: Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial. Assunto: instauração do Inquérito Civil Público Integrado nº 11/2022 (SIMP 000146-225/2022).

3.2.92 SEI Nº 19.21.0167.0018385/2022-60. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: prorrogação de prazo do Inquérito Civil nº 48/2019 (SIMP 000093-030/2019).

3.2.93 SEI Nº 19.21.0167.0018380/2022-98. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: instauração da Notícia de Fato nº 070/2022 (SIMP 001035-426/2022).

3.2.94 SEI Nº 19.21.0262.0018389/2022-79. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Esperantina. Assunto: Recomendação Ministerial nº 15/2022 no bojo do Procedimento Administrativo nº 07/2022 (SIMP 000092-161/2022).

3.2.95 SEI Nº 19.21.0348.0018399/2022-71. Origem: Promotoria de Justiça de Marcos Parente-PI. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo nº 25/2022 (SIMP 000285-319/2022).

3.2.96 SEI Nº 19.21.0700.0018400/2022-02. Origem: 7ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: instauração do Inquérito Civil SIMP 000533-361/2020.

3.2.97 SEI Nº 19.21.0707.0018418/2022-90. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Oeiras. Assunto: instauração do Inquérito Civil nº 44/2022 (SIMP 000086-107/2022).

3.2.98 SEI Nº 19.21.0126.0018419/2022-48. Origem: 42ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: prorrogação de prazo da Notícia de Fato SIMP 000216-426/2022.

3.2.99 SEI Nº 19.21.0729.0018425/2022-56. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Campo Maior. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato SIMP 000793-426/2022.

3.2.100 SEI Nº 19.21.0700.0018427/2022-49. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: prorrogação de prazo do Procedimento Preparatório nº 18/2022 (SIMP 00001911-361/2021).

3.2.101 SEI Nº 19.21.0195.0018414/2022-21. Origem: Promotorias de Justiça de Fronteiras. Assunto: instauração do Inquérito Civil nº 04/2022 (SIMP 000189-212/2022).

3.2.102 SEI Nº 19.21.0700.0018430/2022-65. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 010/2021 (SIMP 000007-088/2021).

3.2.103 SEI Nº 19.21.0115.0018437/2022-18. Origem: Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: conversão da Notícia de Fato SIMP 000274-189/2018 em Procedimento Administrativo.

3.2.104 SEI Nº 19.21.0195.0018431/2022-47. Origem: Promotoria de Justiça de Fronteiras. Assunto: arquivamento e ajuizamento de Ação Civil Pública em Inquérito Civil nº 04/2022 (SIMP 000189-212/2022).

3.2.105 SEI Nº 19.21.0700.0018457/2022-15. Origem: 6ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: conversão da Notícia de Fato em Procedimento Administrativo SIMP 000894-361/2021.

3.2.106 SEI Nº 19.21.0703.0018459/2022-13. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Barras. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo nº 012/2022 (SIMP 001495-138/2021).

3.2.107 SEI Nº 19.21.0094.0018463/2022-19. Origem: Promotoria de Justiça de Amarante. Assunto: arquivamento dos Procedimentos Administrativos: PA nº 01/2020 (SIMP 000199-194/2020) e PA nº 02/2020 (SIMP 000200-194/2020).

3.2.108 SEI Nº 19.21.0195.0018468/2022-18. Origem: Promotoria de Justiça de Fronteiras. Assunto: instauração do Inquérito Civil nº 05/2022 (SIMP 000190-212/2022).

3.2.109 SEI Nº 19.21.0195.0018471/2022-34. Origem: Promotoria de Justiça de Fronteiras. Assunto: arquivamento e ajuizamento de Ação Civil Pública no Inquérito Civil nº 05/2022 (SIMP 000190-212/2022).

3.2.110 SEI Nº 19.21.0708.0018478/2022-07. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Floriano. Assunto: prorrogação de prazo da Notícia de Fato SIMP 000044-101/2022.

3.2.111 SEI Nº 19.21.0708.0018480/2022-50. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Floriano. Assunto: prorrogação de prazo do Procedimento Administrativo SIMP 000118-101/2021.

3.2.112 SEI Nº 19.21.0707.0018485/2022-27. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Oeiras. Assunto: prorrogação de prazo do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 16/2022 (SIMP 000244-426/2021).

3.2.113 SEI Nº 19.21.0084.0016370/2022-32. Origem: Promotoria de Justiça de Itaueira. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato SIMP 000068-195/2022.

3.2.114 SEI Nº 19.21.0115.0018489/2022-69. Origem: Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo SIMP 000125-188/2021.

3.2.115 SEI Nº 19.21.0171.0018486/2022-86. Origem: Promotoria de Justiça de Monsenhor Gil. Assunto: prorrogação de prazo do Inquérito Civil nº 024/2017 (SIMP 000691-221/2019).

3.2.116 SEI Nº 19.21.0208.0018502/2022-69. Origem: 33ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo SIMP 000027-383/2022.

3.2.117 SEI Nº 19.21.0204.0018504/2022-75. Origem: 31ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato nº 11/2022 (SIMP 000744-426/2022).

3.2.118 SEI Nº 19.21.0204.0018507/2022-91. Origem: 31ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: prorrogação de prazo do Procedimento Administrativo nº 43/2018 (SIMP 000107-003/2018).

3.2.119 SEI Nº 19.21.0227.0018441/2022-73. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato. Assunto: declínio de atribuição do Inquérito Civil nº 08/2020 (SIMP 000001-095/2020).

3.2.120 SEI Nº 19.21.0625.0018509/2022-27. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Valença. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo nº 25/2022 (SIMP 000454-177/2021).

3.2.121 SEI Nº 19.21.0706.0018512/2022-89. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: prorrogação de prazo do Procedimento Preparatório SIMP 000401-369/2021.

3.2.122 SEI Nº 19.21.0208.0018516/2022-79. Origem: 33ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: prorrogação de prazo do Inquérito Civil SIMP 000090-029/2016.

3.2.123 SEI Nº 19.21.0625.0018517/2022-05. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Valença. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo nº 26/2022 (SIMP 000454-177/2022).

3.2.124 SEI Nº 19.21.0227.0018523/2022-90. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato. Assunto: declínio de atribuição do Inquérito Civil nº 165/2018 (SIMP 000047-096/2016) em favor do Ministério Público Federal.

3.2.125 SEI Nº 19.21.0706.0018520/2022-67. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: conversão do Procedimento Preparatório SIMP 001369-369/2021 em Inquérito Civil.

3.2.126 SEI Nº 19.21.0115.0018526/2022-40. Origem: Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: prorrogação de prazo do Inquérito Civil SIMP 000157-189/2016.

3.2.127 SEI Nº 19.21.0700.0018529/2022-11. Origem: 6ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo SIMP 000029-093/2022.

3.2.128 SEI Nº 19.21.0298.0018572/2022-30. Origem: Promotoria de Justiça de Barro Duro. Assunto: arquivamento das Notícias de Fato: NF SIMP 000306-325/2022, NF SIMP 000288-325/2022, NF SIMP 000436-325/2021.

3.2.129 SEI Nº 19.21.0731.0018587/2022-17. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Altos. Assunto: arquivamento do Inquérito Civil nº 23/2019 (SIMP 000444-156/2019).

3.2.130 SEI Nº 19.21.0115.0018605/2022-41. Origem: Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: prorrogação de prazo do Inquérito Civil SIMP 000171-189/2018.

3.2.131 SEI Nº 19.21.0705.0018593/2022-51. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Piriá. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 05/2022 (SIMP 000058-368/2022).

3.2.132 SEI Nº 19.21.0254.0018611/2022-25. Origem: Promotoria de Justiça de Demerval Lobão. Assunto: instauração do Procedimento Investigatório Criminal SIMP 000057-150/2022.

3.2.133 SEI Nº 19.21.0707.0018248/2022-24. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Oeiras. Assunto: instauração do Inquérito Civil nº 41/2022 (SIMP 000084-107/2022).

3.2.134 SEI Nº 19.21.0707.0018233/2022-41. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Oeiras. Assunto: instauração do Inquérito Civil nº 45/2022 (SIMP 000072-107/2022).

3.2.135 SEI Nº 19.21.0707.0018179/2022-44. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Oeiras. Assunto: instauração do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 43/2022 (SIMP 000043-426/2022).

3.2.136 SEI Nº 19.21.0706.0018615/2022-24. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: arquivamento do Inquérito Civil SIMP 000648-369/2019.

3.2.137 SEI Nº 19.21.0330.0018620/2022-97. Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo de Auxílio nº 030/2022 (SIMP 000026-216/2022).

3.2.138 SEI Nº 19.21.0330.0018621/2022-70. Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo de Auxílio nº 026/2022 (SIMP 000031-216/2022).

3.2.139 SEI Nº 19.21.0330.0018623/2022-16. Origem: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo de Auxílio nº 037/2022 (SIMP 000044-216/2022).

3.2.140 SEI Nº 19.21.0085.0018628/2022-64. Origem: Promotoria de Justiça de Simões. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 06/2020 (SIMP 000140-186/2016).

3.2.141 SEI Nº 19.21.0103.0018633/2022-47. Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento do Procedimento Preparatório nº 022/2022 (SIMP 000023-027/2022).

3.2.142 SEI Nº 19.21.0171.0018635/2022-40. Origem: Promotoria de Justiça de Monsenhor Gil. Assunto: arquivamento do Inquérito Civil SIMP 000642-221/2019.

3.2.143 SEI Nº 19.21.0167.0018638/2022-19. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: instauração da Notícia de Fato nº 071/2022 (SIMP 001042-426/2022).

3.2.144 SEI Nº 19.21.0103.0018643/2022-68. Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: instauração do Procedimento Preparatório nº 022/2022 (SIMP 000023-027/2022).

3.2.145 SEI Nº 19.21.0171.0018644/2022-88. Origem: Promotoria de Justiça de Monsenhor Gil. Assunto: prorrogação de prazo do Inquérito Civil nº 03/2022 (SIMP 000642-221/2019).

3.2.146 SEI Nº 19.21.0683.0018646/2022-17. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Esperantina. Assunto: arquivamento dos Procedimentos Administrativos: PA nº 30/2021 (SIMP 000857-160/2021), PA nº 05/2022 (SIMP 000083-160/2022), PA nº 06/2022 (SIMP 000084-160/2022), PA nº 07/2022 (SIMP 000125-160/2022), PA nº 11/2022 (SIMP 000231-160/2022), PA nº 15/2022 (SIMP 000304-160/2022).

3.2.147 SEI Nº 19.21.0703.0018642/2022-19. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Barras. Assunto: prorrogação de prazo do Inquérito Civil nº 07/2021 (SIMP 000018-138/2021).

3.2.148 SEI Nº 19.21.0227.0018661/2022-50. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 15/2020 (SIMP 000110-097/2018).

3.2.149 SEI Nº 19.21.0167.0018664/2022-93. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: prorrogação de prazo do Inquérito Civil nº 053/2018 (SIMP 000063-030/2018).

3.2.150 SEI Nº 19.21.0167.0018670/2022-28. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: prorrogação de prazo da Notícia de Fato nº 58/2022 (SIMP 000021-030/2022).

3.2.151 SEI Nº 19.21.0705.0018666/2022-20. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Piriapiri. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 23/2020 (SIMP 001367-368/2020).

3.2.152 SEI Nº 19.21.0227.0018665/2022-39. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato. Assunto: arquivamento do Inquérito Civil SIMP 000100-096/2017.

3.2.153 SEI Nº 19.21.0378.0018128/2022-51. Origem: 25ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato SIMP 000090-111/2022.

3.2.154 SEI Nº 19.21.0319.0018673/2022-92. Origem: Promotoria de Justiça de Miguel Alves. Assunto: conversão do Procedimento Preparatório nº 06/2021 em Inquérito Civil nº 01/2022 (SIMP 000501-144/2021).

3.2.155 SEI Nº 19.21.0707.0018678/2022-54. Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Oeiras. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo nº 16/2022 (SIMP 000063-109/2022).

3.2.156 SEI Nº 19.21.0227.0018679/2022-49. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 67/2020 (SIMP 000150-095/2020).

3.2.157 SEI Nº 19.21.0707.0018684/2022-86. Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Oeiras. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo nº 14/2022 (SIMP 000058-109/2022).

3.2.158 SEI Nº 19.21.0340.0018677/2022-57. Origem: Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial – GACEP. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo de Auxílio nº 07/2022 (SIMP 000154-225/2022).

3.2.159 SEI Nº 19.21.0208.0018686/2022-48. Origem: 33ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: prorrogação de prazo do Procedimento Administrativo SIMP 000280-029/2019.

3.2.160 SEI Nº 19.21.0705.0018687/2022-35. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Piriapiri. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 41/2021 (SIMP 001827-368/2021).

3.2.161 SEI Nº 19.21.0340.0018688/2022-51. Origem: Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial – GACEP. Assunto: instauração do Inquérito Civil Público Integrado nº 12/2022 (000147-225/2022).

3.2.162 SEI Nº 19.21.0115.0018693/2022-90. Origem: Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: conversão da Notícia de Fato SIMP 000295-188/2021 em Procedimento Administrativo.

3.2.163 SEI Nº 19.21.0340.0018700/2022-18. Origem: Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial – GACEP. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo de Auxílio nº 10/2022 (SIMP 000150-225/2022).

3.2.164 SEI Nº 19.21.0625.0018702/2022-54. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Valença do Piauí. Assunto: Recomendação Administrativa nº 29/2022 nos autos do Procedimento SIMP 000494-177/2018.

3.2.165 SEI Nº 19.21.0706.0018706/2022-89. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: prorrogação de prazo do Inquérito Civil SIMP 001209-369/2020.

3.2.166 SEI Nº 19.21.0705.0018707/2022-77. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Piripiri. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 48/2021 (SIMP 002013-368/2021).

3.2.167 SEI Nº 19.21.0328.0018713/2022-41. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Altos. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 10/2022 (SIMP 001092-154/2021).

3.2.168 SEI Nº 19.21.0227.0018723/2022-25. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 68/2020 (SIMP 000151-095/2020).

3.2.169 SEI Nº 19.21.0167.0018724/2022-25. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: instauração da Notícia de Fato nº 072/2022 (SIMP 000917-426/2022).

3.2.170 SEI Nº 19.21.0340.0018725/2022-22. Origem: Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial – GACEP. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo Integrado nº 01/2022 (SIMP 000155-225/2022).

3.2.171 SEI Nº 19.21.0328.0018726/2022-78. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Altos. Assunto: conversão de Notícia de Fato no Inquérito Civil nº 006/2022 (SIMP 000202-154/2022).

3.2.172 SEI Nº 19.21.0340.0018736/2022-16. Origem: Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial – GACEP. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo Integrado nº 02/2022 (SIMP 000149-225/2022).

3.2.173 SEI Nº 19.21.0262.0018739/2022-38. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Esperantina. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 16/2022 (SIMP 000276-161/2021).

3.2.174 SEI Nº 19.21.0176.0018742/2022-83. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato. Assunto: arquivamento dos Procedimentos Administrativos: PA nº 42/2020 (SIMP 000070-095/2020), PA nº 59/2020 (SIMP 000080-095/2020), PA nº 01/2021 (SIMP 000020-095/2021).

3.2.175 SEI Nº 19.21.0706.0018756/2022-97. Origem: 7ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato SIMP 001012-369/2021.

3.2.176 SEI Nº 19.21.0349.0018761/2022-79. Origem: Promotoria de Justiça de Simplício Mendes. Assunto: arquivamento do Inquérito Civil SIMP 000809-237/2020.

3.2.177 SEI Nº 19.21.0262.0018783/2022-14. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Esperantina. Assunto: conversão da Notícia de Fato nº 03/2022 (SIMP 000049-161/2022) no Procedimento Administrativo nº 31/2022.

3.2.178 SEI Nº 19.21.0684.0018786/2022-05. Origem: Promotoria de Justiça de Luzilândia. Assunto: prorrogação de prazo do Inquérito Civil nº 13/2018 (SIMP 000445-306/2018).

3.2.179 SEI Nº 19.21.0319.0018789/2022-64. Origem: Promotoria de Justiça de Miguel Alves. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 05/2022 (SIMP 000224-144/2022).

3.2.180 SEI Nº 19.21.0144.0018790/2022-43. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Inhuma. Assunto: arquivamento do Procedimento Preparatório SIMP 000747-230/2019.

3.2.181 SEI Nº 19.21.0186.0018796/2022-27. Origem: Promotoria de Justiça de Cocal. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato nº 33/2022 (SIMP 000488-199/2022).

3.2.182 SEI Nº 19.21.0103.0018798/2022-54. Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: homologação de arquivamento do Inquérito Civil nº 05/2016 (SIMP 000373-027/2015).

3.2.183 SEI Nº 19.21.0186.0018800/2022-16. Origem: Promotoria de Justiça de Cocal. Assunto: indeferimento da instauração de Notícia de Fato e arquivamento do Atendimento ao Público SIMP 000810-42.6/2022.

3.2.184 SEI Nº 19.21.0115.0018801/2022-84. Origem: Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: prorrogação de prazo do Procedimento Administrativo SIMP 000780-188/2020.

3.2.185 SEI Nº 19.21.0167.0018804/2022-96. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: instauração da Notícia de Fato nº 073/2022 (SIMP 001047-426/2022).

3.2.186 SEI Nº 19.21.0262.0018808/2022-18. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Esperantina. Assunto: conversão da Notícia de Fato nº 08/2022 (SIMP 000054-161/2022) no Procedimento Administrativo nº 30/2022.

3.2.187 SEI Nº 19.21.0700.0018811/2022-60. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: prorrogação de prazo do Procedimento Administrativo nº 035/2019 (SIMP 000389-088/2019).

3.2.188 SEI Nº 19.21.0731.0018812/2022-53. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Altos. Assunto: arquivamento do Inquérito Civil nº 005/2021 (SIMP 000025-156/2021).

3.2.189 SEI Nº 19.21.0298.0018813/2022-22. Origem: Promotoria de Justiça de Barro Duro. Assunto: Recomendação Ministerial nº 04/2022 no bojo do Procedimento Administrativo SIMP 000071-325/2021.

3.2.190 SEI Nº 19.21.0700.0018815/2022-49. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: prorrogação de prazo do Procedimento Administrativo nº 052/2021 (SIMP 001169-361/2021).

3.2.191 SEI Nº 19.21.0143.0018819/2022-51. Origem: 38ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo SIMP 000185-383/2021.

3.2.192 SEI Nº 19.21.0176.0018821/2022-84. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato. Assunto: arquivamento dos Procedimentos Administrativos: PA nº 12/2021 (SIMP 000036-095/2020), PA nº 36/2020 (SIMP 000056-095/2020) e PA nº 11/2020 (SIMP 000100-096/2019).

3.2.193 SEI Nº 19.21.0103.0018827/2022-47. Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo nº 04/2022 (SIMP 000015-027/2022).

3.2.194 SEI Nº 19.21.0090.0018830/2022-64. Origem: 28ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: prorrogação de prazo do Procedimento Administrativo SIMP 000163-029/2020.

3.2.195 SEI Nº 19.21.0298.0018833/2022-64. Origem: Promotoria de Justiça de Barro Duro. Assunto: arquivamento das Notícias de Fato: NF SIMP 000061-325/2022, NF SIMP 000450-325/2021, NF 000499-325/2021, NF SIMP 000556-325/2021, NF 000230-325/2021.

3.2.196 SEI Nº 19.21.0707.0018834/2022-13. Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Oeiras. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo nº 15/2022 (SIMP 000064-109/2022).

3.2.197 SEI Nº 19.21.0298.0018835/2022-10. Origem: Promotoria de Justiça de Barro Duro. Assunto: arquivamento das Notícias de Fato: NF SIMP 000061-325/2022, NF SIMP 000450-325/2021, NF 000499-325/2021, NF SIMP 000556-325/2021, NF 000230-325/2021.

3.2.198 SEI Nº 19.21.0298.0018836/2022-80. Origem: Promotoria de Justiça de Barro Duro. Assunto: arquivamento das Notícias de Fato: NF SIMP 000061-325/2022, NF SIMP 000450-325/2021, NF 000499-325/2021, NF SIMP 000556-325/2021, NF 000230-325/2021.

3.2.199 SEI Nº 19.21.0090.0018838/2022-42. Origem: 28ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: conversão da Notícia de Fato SIMP 000104-034/2021 em Procedimento Administrativo.

3.2.200 SEI Nº 19.21.0706.0018839/2022-87. Origem: 5ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: prorrogação de prazo da Notícia de Fato SIMP 000285-426/2022.

3.2.201 SEI Nº 19.21.0298.0018837/2022-53. Origem: Promotoria de Justiça de Barro Duro. Assunto: arquivamento das Notícias de Fato: NF SIMP 000061-325/2022, NF SIMP 000450-325/2021, NF 000499-325/2021, NF SIMP 000556-325/2021, NF 000230-325/2021.

3.2.202 SEI Nº 19.21.0103.0018842/2022-30. Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: prorrogação de prazo do Procedimento Administrativo nº 22/2019 (SIMP 000195-027/2019).

3.2.203 SEI Nº 19.21.0298.0018844/2022-58. Origem: Promotoria de Justiça de Barro Duro. Assunto: arquivamento das Notícias de Fato: NF SIMP 000061-325/2022, NF SIMP 000450-325/2021, NF 000499-325/2021, NF SIMP 000556-325/2021, NF 000230-325/2021.

3.2.204 SEI Nº 19.21.0143.0018845/2022-28. Origem: 38ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato SIMP 000226-426/2022.

3.2.205 SEI Nº 19.21.0103.0018849/2022-35. Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: prorrogação de prazo da Notícia de Fato nº 26/2022 (SIMP 000902-426/2022).

3.2.206 SEI Nº 19.21.0733.0018854/2022-53. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas e Instituições SIMP 000042-081/2022.

3.2.207 SEI Nº 19.21.0700.0018858/2022-52. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: instauração do Inquérito Civil SIMP 000013-426/2022.

3.2.208 SEI Nº 19.21.0706.0018864/2022-91. Origem: 6ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: declínio de atribuição do Atendimento ao Público SIMP 001287-369/2022.

3.2.209 SEI Nº 19.21.0118.0018866/2022-30. Origem: 49ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 012/2021 (SIMP 000024-034/2021).

3.2.210 SEI Nº 19.21.0118.0018870/2022-19. Origem: 49ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 019/2019 (SIMP 000093-034/2019).

3.2.211 SEI Nº 19.21.0706.0018869/2022-53. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: conversão do Procedimento Preparatório SIMP 003078-369/2020 em Inquérito Civil.

3.2.212 SEI Nº 19.21.0118.0018871/2022-89. Origem: 49ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 002/2022 (SIMP 000016-034/2022).

3.2.213 SEI Nº 19.21.0118.0018873/2022-35. Origem: 49ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 041/2019 (SIMP 000177-034/2019).

3.2.214 SEI Nº 19.21.0118.0018874/2022-08. Origem: 49ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: prorrogação de prazo do Procedimento Preparatório nº 002/2022 (SIMP 000042-034/2022).

3.2.215 SEI Nº 19.21.0115.0018877/2022-69. Origem: Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: conversão da Notícia de Fato SIMP 000756-188/2019 em Procedimento Administrativo.

3.2.216 SEI Nº 19.21.0254.0018886/2022-69. Origem: Promotoria de Justiça de Demerval Lobão. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 04/2022 (SIMP 000043-426/2021).

3.2.217 SEI Nº 19.21.0118.0018900/2022-82. Origem: 49ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento do Inquérito Civil nº 012/2019 (SIMP 000045-034/2018).

3.2.218 SEI Nº 19.21.0707.0018902/2022-20. Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Oeiras. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo nº 18/2022 (SIMP 000052-109/2022).

3.2.219 SEI Nº 19.21.0118.0018903/2022-98. Origem: 49ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 016/2021 (SIMP 000030-034/2021).

3.2.220 SEI Nº 19.21.0707.0018859/2022-17. Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Oeiras. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo nº 19/2022 (SIMP 000054-109/2022).

3.2.221 SEI Nº 19.21.0143.0018907/2022-03. Origem: 38ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato nº 30/2022 (SIMP 000405-426/2022).

3.2.222 SEI Nº 19.21.0167.0018908/2022-04. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: prorrogação de prazo do Inquérito Civil nº 052/2019 (SIMP 000013-030/2019).

3.2.223 SEI Nº 19.21.0171.0018909/2022-14. Origem: Promotoria de Justiça de Monsenhor Gil. Assunto: arquivamento do Inquérito Civil SIMP 000497-221/2019.

3.2.224 SEI Nº 19.21.0143.0018912/2022-62. Origem: 38ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato nº 46/2022 (SIMP 000041-033/2022).

3.2.225 SEI Nº 19.21.0103.0018852/2022-51. Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: prorrogação de prazo do Procedimento Administrativo nº 02/2020 (SIMP 000004-027/2020).

3.2.226 SEI Nº 19.21.0108.0018924/2022-69. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Piracuruca. Assunto: prorrogação de prazo do Procedimento Preparatório nº 10/2022 (SIMP 000583-174/2021).

3.2.227 SEI Nº 19.21.0369.0018921/2022-18. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí. Assunto: retificação da Portaria nº 094/2020 no Inquérito Civil nº 021/2020 (SIMP 000560-310/2020).

3.2.228 SEI Nº 19.21.0167.0018925/2022-30. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: instauração da Notícia de Fato nº 074/2022 (SIMP 001053-426/2022).

3.2.229 SEI Nº 19.21.0108.0018930/2022-04. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Piracuruca. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 04/2022 (SIMP 000112-174/2022).

3.2.230 SEI Nº 19.21.0707.0018929/2022-67. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Oeiras. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 09/2019 (SIMP 000115-107/2019).

3.2.231 SEI Nº 19.21.0176.0018935/2022-13. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 73/2020 (SIMP 000156-095/2020).

3.2.232 SEI Nº 19.21.0186.0018943/2022-35. Origem: Promotoria de Justiça de Cocal. Assunto: declínio da Notícia de Fato nº 30/2022 (SIMP 000455-199/2022).

3.2.233 SEI Nº 19.21.0118.0018946/2022-04. Origem: 49ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 004/2022 (SIMP 000021-034/2022).

3.2.234 SEI Nº 19.21.0369.0018947/2022-92. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí. Assunto: conversão da Notícia de Fato nº 05/2022 no Procedimento Administrativo nº 39/2022 (SIMP 000015-310/2022).

3.2.235 SEI Nº 19.21.0090.0018949/2022-52. Origem: 28ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: conversão da Notícia de Fato SIMP 000195-383/2021 em Procedimento Administrativo.

3.2.236 SEI Nº 19.21.0349.0018986/2022-18. Origem: Promotoria de Justiça de Simplício Mendes. Assunto: conversão de Notícia de Fato em Inquérito Civil SIMP 000111-237/2022.

3.2.237 SEI Nº 19.21.0349.0018988/2022-61. Origem: Promotoria de Justiça de Simplício Mendes. Assunto: conversão da Notícia de Fato em Inquérito Civil SIMP 000121-237/2022.

3.2.238 SEI Nº 19.21.0115.0018990/2022-25. Origem: Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: arquivamento do Inquérito Civil SIMP 000124-189/2016.

3.2.239 SEI Nº 19.21.0208.0019005/2022-68. Origem: 33ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo SIMP 000551-426/2022.

3.2.240 SEI Nº 19.21.0706.0019010/2022-29. Origem: 8ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato SIMP 000959-369/2019.

3.2.241 SEI Nº 19.21.0227.0019034/2022-67. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 71/2020 (000154-095/2020).

3.2.242 SEI Nº 19.21.0227.0019037/2022-83. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo SIMP 000049-096/2020.

3.2.243 SEI Nº 19.21.0167.0019038/2022-83. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: prorrogação da Notícia de Fato nº 65/2022 (SIMP 000966-426/2022).

3.2.244 SEI Nº 19.21.0227.0019050/2022-23. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo SIMP 000063-095/2020.

3.2.245 SEI Nº 19.21.0118.0018950/2022-90. Origem: 49ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 001/2022 (SIMP 000009-034/2022).

3.2.246 SEI Nº 19.21.0204.0018952/2022-07. Origem: 31ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 01/2020 (SIMP 000009-003/2020).

3.2.247 SEI Nº 19.21.0118.0018954/2022-79. Origem: 49ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato nº 017/2022 (SIMP 000785-426/2022).

3.2.248 SEI Nº 19.21.0369.0018951/2022-81. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí. Assunto: conversão da Notícia de Fato nº 07/2022 no Procedimento Administrativo nº 40/2022 (SIMP 000029-310/2022).

3.2.249 SEI Nº 19.21.0707.0018958/2022-60. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Oeiras. Assunto: prorrogação de prazo do Inquérito Civil nº 80/2018 (SIMP 001244-105/2018).

3.2.250 SEI Nº 19.21.0369.0018961/2022-05. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí. Assunto: conversão da Notícia de Fato nº 20/2022 no Inquérito Civil nº 12/2022 (SIMP 000128-310/2022).

3.2.251 SEI Nº 19.21.0369.0018973/2022-69. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí. Assunto: conversão da Notícia de Fato nº 27/2022 no Inquérito Civil nº 13/2022 (SIMP 000156-310/2022).

3.2.252 SEI Nº 19.21.0706.0018974/2022-31. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: prorrogação de prazo da Notícia de Fato SIMP 000872-369/2022.

3.2.253 SEI Nº 19.21.0706.0018981/2022-36. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: prorrogação de prazo do Inquérito Civil SIMP 000049-065/2019.

3.2.254 SEI Nº 19.21.0310.0018985/2022-48. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Uruçuí. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 06/2020 (SIMP 000370-206/2019).

3.2.255 SEI Nº 19.21.0369.0018983/2022-90. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí. Assunto: instauração do Inquérito Civil nº 10/2022 (SIMP 000407-310/2022).

3.2.256 SEI Nº 19.21.0706.0019049/2022-43. Origem: 7ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: arquivamento parcial da Notícia de Fato SIMP 002748-369/2021.

3.2.257 SEI Nº 19.21.0103.0019051/2022-13. Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: prorrogação de prazo do Procedimento Administrativo nº 21/2018 (SIMP 000214-027/2018).

3.2.258 SEI Nº 19.21.0227.0019052/2022-66. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo SIMP 000069-095/2020.

3.2.259 SEI Nº 19.21.0700.0019094/2022-82. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: prorrogação de prazo do Procedimento Administrativo nº 021/2022 (SIMP 001312-361/2022).

3.2.260 SEI Nº 19.21.0700.0019093/2022-12. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo para Termo de Ajustamento de Conduta SIMP 001312-361/2022.

3.2.261 SEI Nº 19.21.0700.0019091/2022-66. Origem: 7ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: prorrogação de prazo do Procedimento Administrativo SIMP 002219-361/2021.

3.2.262 SEI Nº 19.21.0706.0019086/2022-14. Origem: 7ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: prorrogação de prazo da Notícia de Fato SIMP 000032-426/2021.

3.2.263 SEI Nº 19.21.0700.0019074/2022-40. Origem: 6ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: conversão de Notícia de Fato no Procedimento Administrativo SIMP 001135-361/2021.

3.2.264 SEI Nº 19.21.0369.0019070/2022-69. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí. Assunto: prorrogação de prazo do Inquérito Civil nº 066/2019 (SIMP 000772-310/2019).

3.2.265 SEI Nº 19.21.0103.0019071/2022-55. Origem: 12ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: instauração da Notícia de Fato nº 028/2022 (SIMP 001028-426/2022).

3.2.266 SEI Nº 19.21.0700.0019066/2022-62. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo SIMP 000007-088/2022.

3.2.267 SEI Nº 19.21.0700.0019061/2022-03. Origem: 7ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: prorrogação de prazo do Procedimento Administrativo SIMP 000109-088/2015.

3.2.268 SEI Nº 19.21.0167.0019059/2022-98. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: instauração da Notícia de Fato nº 075/2022 (SIMP 000924-426/2022).

3.2.269 SEI Nº 19.21.0355.0019054/2022-32. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de União. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo nº 28/2022 (SIMP 000203-143/2022).

3.2.270 SEI Nº 19.21.0703.0019097/2022-53. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Barras. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo nº 070/2022 (SIMP 000040-139/2022).

3.2.271 SEI Nº 19.21.0186.0019100/2022-64. Origem: Promotoria de Justiça de Cocal. Assunto: arquivamento do Atendimento ao Público SIMP 000279-199/2022.

3.2.272 SEI Nº 19.21.0186.0019102/2022-10. Origem: Promotoria de Justiça de Cocal. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato nº 28/2022 (SIMP 000425-199/2022).

3.2.273 SEI Nº 19.21.0707.0019101/2022-79. Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Oeiras. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo nº 17/2022 (SIMP 000025-109/2022).

3.2.274 SEI Nº 19.21.0227.0019111/2022-25. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 70/2020 (SIMP 000153-095/2020).

3.2.275 SEI Nº 19.21.0730.0019113/2022-89. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Campo Maior. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato SIMP 000303-435/2022.

3.2.276 SEI Nº 19.21.0227.0019121/2022-46. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 74/2020 (SIMP 000157-095/2020).

3.2.277 SEI Nº 19.21.0700.0019115/2022-97. Origem: 7ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo SIMP 000053-361/2022.

3.2.278 SEI Nº 19.21.0703.0019120/2022-14. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Barras. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 11/2022 (SIMP 000057-138/2022).

3.2.279 SEI Nº 19.21.0115.0019128/2022-82. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Esperantina. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo SIMP 000128-189/2016.

3.2.280 SEI Nº 19.21.0115.0019128/2022-82. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Esperantina. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo SIMP 000128-189/2016.

3.2.281 SEI Nº 19.21.0349.0019129/2022-37. Origem: Promotoria de Justiça de Simplício Mendes. Assunto: conversão da Notícia de Fato em Inquérito Civil SIMP 000928-237/2021.

3.2.282 SEI Nº 19.21.0684.0019131/2022-02. Origem: Promotoria de Justiça de Luzilândia. Assunto: conversão da Notícia de Fato nº 02/2022 (SIMP 000042-246/2022) no Procedimento Administrativo nº 29/2022.

3.2.283 SEI Nº 19.21.0700.0019132/2022-26. Origem: 7ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: arquivamento do Inquérito Civil SIMP 000259-361/2020.

3.2.284 SEI Nº 19.21.0700.0019135/2022-42. Origem: 7ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo SIMP 001550-361/2019.

3.2.285 SEI Nº 19.21.0703.0019134/2022-24. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Barras. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo nº 069/2022 (SIMP 000039-139/2022).

3.2.286 SEI Nº 19.21.0176.0019136/2022-18. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato. Assunto: arquivamento do Inquérito Civil nº 47/2018 (SIMP 000358-096/2016).

3.2.287 SEI Nº 19.21.0171.0019137/2022-66. Origem: Promotoria de Justiça de Monsenhor Gil. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 20/2021 (SIMP 000224-221/2021).

3.2.288 SEI Nº 19.21.0176.0019140/2022-07. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato. Assunto: prorrogação de prazo dos Inquéritos Cíveis: IC nº 139/2018 (SIMP 000046-096/2017) e IC nº 56/2018 (SIMP 000052-096/2017).

3.2.289 SEI Nº 19.21.0084.0019139/2022-56. Origem: Promotoria de Justiça de Itaueira. Assunto: instauração dos Procedimentos Administrativos: PA nº 16/2022 (SIMP 000267-195/2022), PA nº 17/22 (SIMP 000268-195/2022), PA nº 18/2022 (SIMP 000269-195/2022) e PA nº 19/2022 (SIMP 000270-195/2022).

3.2.290 SEI Nº 19.21.0115.0019142/2022-92. Origem: Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: arquivamento do Inquérito Civil SIMP 000156-189/2016.

3.2.291 SEI Nº 19.21.0176.0019145/2022-66. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato. Assunto: prorrogação de prazo dos Inquéritos Cíveis: IC nº 139/2018 (SIMP 000046-096/2017) e IC nº 56/2018 (SIMP 000052-096/2017).

3.2.292 SEI Nº 19.21.0706.0019149/2022-59. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: conversão da Notícia de Fato SIMP 003807-369/2021 em Procedimento Preparatório.

3.2.293 SEI Nº 19.21.0176.0019151/2022-98. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato. Assunto: arquivamentos dos Inquéritos Cíveis: IC nº 17/2021 (SIMP 000016-095/2021) e IC nº 102/2018 (SIMP 000022-096/2014).

3.2.294 SEI Nº 19.21.0115.0019146/2022-81. Origem: Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: arquivamento do Inquérito Civil SIMP 000205-189/2017.

3.2.295 SEI Nº 19.21.0705.0019144/2022-15. Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Piriá. Assunto: conversão da Notícia de Fato no Procedimento Investigatório Criminal nº 002/2022 (SIMP 002196-368/2021).

3.2.296 SEI Nº 19.21.0138.0019153/2022-32. Origem: Promotoria de Justiça de São Pedro do Piauí. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 24/2021 (SIMP 001083-255/2021).

3.2.297 SEI Nº 19.21.0176.0019154/2022-17. Origem: 2ª Promotoria de São Raimundo Nonato. Assunto: arquivamento dos Inquéritos Cíveis: IC nº 17/2021 (SIMP 000016-095/2021) e IC nº 102/2018 (SIMP 000022-096/2014).

3.2.298 SEI Nº 19.21.0108.0019237/2022-57. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Piracuruca. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 70/2020 (SIMP 000353-174/2020).

3.2.299 SEI Nº 19.21.0700.0019235/2022-58. Origem: 7ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: prorrogação de prazo do Procedimento Administrativo SIMP 000132-088/2016.

3.2.300 SEI Nº 19.21.0208.0019236/2022-39. Origem: 33ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo SIMP 000735-426/2022.

3.2.301 SEI Nº 19.21.0733.0019234/2022-75. Origem: Promotoria de Justiça Regional de Bom Jesus. Assunto: arquivamento do Procedimento Investigatório Criminal SIMP 001028-434/2021.

3.2.302 SEI Nº 19.21.0115.0019230/2022-44. Origem: Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: arquivamento do Inquérito Civil SIMP 000054-189/2015.

3.2.303 SEI Nº 19.21.0108.0019224/2022-20. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Piracuruca. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato nº 08/2022 (SIMP 000762-174/2021).

3.2.304 SEI Nº 19.21.0703.0019211/2022-79. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Barras. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 034/2022 (SIMP 001624-138/2021).

3.2.305 SEI Nº 19.21.0167.0019219/2022-46. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato nº 59/2022 (SIMP 000901-426/2022).

3.2.306 SEI Nº 19.21.0108.0019217/2022-15. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Piracuruca. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 16/2022 (SIMP 000172-174/2021).

3.2.307 SEI Nº 19.21.0143.0019210/2022-67. Origem: 38ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: prorrogação de prazo do Procedimento Administrativo nº 18/2021 (SIMP 000042-033/2021).

3.2.308 SEI Nº 19.21.0625.0019204/2022-80. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Valença do Piauí. Assunto: conversão da Notícia de Fato SIMP 000341-177/2022 no Inquérito Civil nº 10/2022 (SIMP 000341-177/2022).

3.2.309 SEI Nº 19.21.0108.0019195/2022-27. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Piracuruca. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 006/2021 (SIMP 000760-174/2021).

3.2.310 SEI Nº 19.21.0706.0019194/2022-08. Origem: 8ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato SIMP 000733-369/2019.

3.2.311 SEI Nº 19.21.0204.0019167/2022-22. Origem: 31ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo SIMP 000021-004/2022.

3.2.312 SEI Nº 19.21.0115.0019157/2022-75. Origem: Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: arquivamento do Inquérito Civil SIMP 000280-189/2016.

3.2.313 SEI Nº 19.21.0204.0019160/2022-17. Origem: 31ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: indeferimento da Representação nº 1728/2022 encaminhada pela Ouvidoria do MPPI.

3.2.314 SEI Nº 19.21.0138.0019156/2022-48. Origem: Promotoria de Justiça de São Pedro do Piauí. Assunto: conversão do Inquérito Civil nº 06/2019 (SIMP 000060-255/2017) no Procedimento Investigatório Criminal nº 03/2022.

3.2.315 SEI Nº 19.21.0706.0019239/2022-54. Origem: 7ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato SIMP 000734-369/2020.

3.2.316 SEI Nº 19.21.0208.0019245/2022-87. Origem: 33ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: prorrogação de prazo do Inquérito Civil SIMP 000110-029/2019.

3.2.317 SEI Nº 19.21.0115.0019251/2022-59. Origem: Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: arquivamento do Procedimento Preparatório SIMP 000162-189/2016.

3.2.318 SEI Nº 19.21.0208.0019250/2022-49. Origem: 33ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo SIMP 000084-426/2021.

3.2.319 SEI Nº 19.21.0369.0019248/2022-16. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí. Assunto: conversão da Notícia de Fato nº 28/2022 no Procedimento Administrativo nº 41/2022 (SIMP 000161-310/2022).

3.2.320 SEI Nº 19.21.0369.0019253/2022-75. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí. Assunto: conversão do Procedimento Administrativo nº 026/2021 (SIMP 000054-310/2021) no Inquérito Civil nº 11/2022.

3.2.321 SEI Nº 19.21.0684.0019256/2022-22. Origem: Promotoria de Justiça de Luzilândia. Assunto: conversão da Notícia de Fato nº 09/2022 (SIMP 000110-246/2022) no Procedimento Administrativo nº 31/2022.

3.2.322 SEI Nº 19.21.0684.0019261/2022-81. Origem: Promotoria de Justiça de Luzilândia. Assunto: conversão da Notícia de Fato nº 06/2022 (SIMP 000094-246/2022) no Procedimento Administrativo nº 30/2022.

3.2.323 SEI Nº 19.21.0319.0018799/2022-85. Origem: Promotoria de Justiça de Miguel Alves. Assunto: conversão do Procedimento Preparatório nº 08/2021 no Inquérito Civil nº 02/2022 (SIMP 000185-144/2019).

3.2.324 SEI Nº 19.21.0378.0008050/2020-78. Origem: 25ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 03/2021 (SIMP 000011-113/2021).

3.2.325 SEI Nº 19.21.0378.0006716/2021-09. Origem: 25ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo SIMP 000036-111/2021.

3.2.326 SEI Nº 19.21.0101.0019060/2022-91. Origem: 25ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo SIMP 000049-111/2021.

3.2.327 SEI Nº 19.21.0733.0019262/2022-95. Origem: Promotoria de Justiça Regional de Bom Jesus. Assunto: arquivamento do Procedimento Investigatório Criminal SIMP 000250-201/2021.

3.2.328 SEI Nº 19.21.0700.0019263/2022-78. Origem: 7ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo SIMP 000371-361/2019.

3.2.329 SEI Nº 19.21.0706.0019265/2022-31. Origem: 7ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato SIMP 000017-372/2021.

3.2.330 SEI Nº 19.21.0707.0019271/2022-48. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Oeiras. Assunto: instauração do Inquérito Civil nº 46/2022 (SIMP 000128-107/2022).

3.2.331 SEI Nº 19.21.0227.0019275/2022-59. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato. Assunto: arquivamento dos Procedimentos Administrativos: PA 000036-095/2020; PA 000049-096/2020; PA 000073-095/2020; PA 000075-095/2020; PA 000079-095/2021; PA 000085-

096/2019; PA 000105-095/2021; PA 000125-440/2022; PA 000155-095/2020; PA 000183-096/2019; PA 000195-214/2017; PA 000219-426/2022.

3.2.332 SEI Nº 19.21.0706.0019283/2022-30. Origem: 7ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato SIMP 000829-054/2018.

3.2.333 SEI Nº 19.21.0126.0019282/2022-27. Origem: 42ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato SIMP 000004-344/2022.

3.2.334 SEI Nº 19.21.0117.0019303/2022-80. Origem: 36ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 16/2020 (SIMP 000150-424/2020).

3.2.335 SEI Nº 19.21.0115.0019304/2022-83. Origem: Promotoria de Justiça de Paulistana. Assunto: arquivamento do Inquérito Civil SIMP 000283-189/2018.

3.2.336 SEI Nº 19.21.0707.0019143/2022-12. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Oeiras. Assunto: prorrogação de prazo do Inquérito Civil nº 77/2019 (SIMP 000284-107/2019).

3.2.337 SEI Nº 19.21.0084.0019312/2022-41. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Itaueira. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo nº 20/2022 (SIMP 000271-195/2022).

3.2.338 SEI Nº 19.21.0706.0019310/2022-77. Origem: 7ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato SIMP 000827-054/2018.

3.2.339 SEI Nº 19.21.0118.0019313/2022-86. Origem: 49ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: prorrogação de prazo do Procedimento Administrativo nº 021/2021 (SIMP 000048-034/2021).

3.2.340 SEI Nº 19.21.0369.0019314/2022-77. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí. Assunto: instauração do Inquérito Civil nº 09/2022 (SIMP 000406-310/2022).

3.2.341 SEI Nº 19.21.0138.0019316/2022-93. Origem: Promotoria de Justiça de São Pedro do Piauí. Assunto: conversão do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 05/2021 (SIMP 001498-255/2021) no Inquérito Civil nº 06/2022.

4. ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

O PRESIDENTE DECLARA ENCERRADA A PRESENTE SESSÃO ORDINÁRIA.

EVERÂNGELA ARAÚJO BARROS PARENTE, SECRETÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, LAVREI O PRESENTE EXTRATO DE ATA, QUE SERÁ PUBLICADO APÓS APROVAÇÃO.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, EM TERESINA (PI), 15 DE JULHO DE 2022.